

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2023

Mensagem da Diretoria Executiva

Avançar, transformar e reconstruir foram verbos imperativos em 2023 no Serpro. Vivenciamos um ano de conquistas, alcançamos marcos importantes refletindo nossa dedicação à tecnologia e inovação do Estado brasileiro, assumimos um novo compromisso com o pacto federativo, ampliando nossa atuação nos Estados e Municípios para construir uma Cidadania Digital plena, que passa tanto por novos serviços digitais quanto por garantir o acesso a todas as pessoas.

O Relatório de Administração anual detalha essas conquistas, abrangendo desde a retirada da Empresa do programa de desestatização até o lançamento da Nuvem de Governo, um marco na infraestrutura oferecida pelo Serpro para viabilizar soberania e segurança de dados ao Brasil. Inauguramos novos estruturantes que trouxeram facilidades para o cidadão e melhor gestão para o Estado, como a Carteira de Identidade Nacional (CIN), a Nota Fiscal Eletrônica para MEIs, o sistema Mãos à Obra, a Nota Ouro, evoluções na Carteira Digital de Trânsito e no Gov.Br, entre outros.

Outro pilar fundamental em 2023 foi a inclusão sociodigital e a diversidade. Revisitamos nosso Planejamento Estratégico para colocar explicitamente a inclusão digital em nosso propósito para 2024. Iniciamos um trabalho significativo de letramento digital e democratização da informação com editais focados em grupos minorizados, como pessoas trans, travestis e mulheres. Nosso compromisso com a diversidade também se refletiu nas metas do planejamento de 2024, mas iniciou-se em março de 2023 com um posicionamento forte em relação à ascensão das mulheres na Empresa.

Internamente, comemoramos a realização do concurso público para empregados efetivos, o que representa um marco de renovação e inovação para nossa instituição. Além de representar a retomada de um Serpro público e forte.

Financeiramente, 2023 foi um ano de marcos importantes. A Receita Bruta atingiu R\$ 3.805,3 milhões, um aumento de 5,1% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado significativamente pelo mercado privado, que apresentou um aumento de 20,2%. Além disso, tanto o mercado não OGU quanto o mercado OGU contribuíram positivamente, com crescimentos de 32,2% e 1,4%, respectivamente. Esses números refletem não apenas a nossa capacidade de expansão em diversos mercados, mas também a confiança crescente dos nossos clientes na qualidade e eficácia dos nossos serviços.

O Lucro Líquido de R\$ 450,8 milhões, em um ano em que o Serpro, de forma responsável e alinhada a seus principais valores, concedeu um reajuste de 4,87% no Acordo Coletivo de Trabalho com ganho real de 1% aos trabalhadores, assumiu 18,13% do reajuste do plano de saúde, repassando ao corpo funcional apenas o índice de 4,87%, realizou uma edição exitosa do Programa de Desligamento Voluntário e fez investimentos significativos na ordem de R\$ 187 milhões em tecnologia, representa os esforços da gestão na busca de sustentabilidade econômico-financeira que viabilize o crescimento empresarial.

Olhando para o futuro, o ano de 2024 se apresenta como um período de desafios significativos e oportunidades promissoras. Mas além disso, um ano de concretizações de inúmeros esforços que se iniciaram em 2023, como o avanço da plataforma que sustentará a Reforma Tributária do Brasil, o alinhamento do Serpro às discussões e iniciativas de economia verde no país, a regionalização e descentralização da nossa atuação comercial, o Projeto Estratégico Ser ESG, entre outras ações já declaradas no Planejamento Estratégico de 2024 que reforçam o posicionamento do Serpro como uma Empresa de Governo para o Governo.

Administradores do Serpro

Conselho de Administração

Fernando Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Rogério Souza Mascarenhas
Conselheiro

Ivan Tiago Machado Oliveira
Conselheiro

Manoel Tavares de Menezes Netto
Conselheiro

Deivi Lopes Kuhn
Conselheiro Representante dos Empregados

Leonardo André Paixão
Conselheiro Independente

Cargo vago
Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Alexandre Gonçalves de Amorim
Diretor-Presidente

Alexandre Brandão Henriques Maimoni
Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca
Diretora de Desenvolvimento

Leandro Moreira Garcia
Diretor de Operações

Luís César Bueno e Freitas
Diretor de Administração e Finanças

Marco Aurélio Sobrosa Friedl
Diretor de Pessoas

Para saber mais sobre os administradores do Serpro e seus currículos acesse: www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/quem-e-quem

O rol de responsáveis está disponível em:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/rol-de-responsaveis>

Visão geral organizacional e ambiente externo

O Serpro

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda (MF), constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que, ao longo de 59 anos, atua no setor de Tecnologia da Informação (TI) e demonstra sua capacidade de criar tecnologias inovadoras para a transformação digital do Estado brasileiro.

O Serpro foi criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, e é regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, pelo seu Estatuto Social e pelas demais normas legais aplicáveis.

A Empresa tem por objeto social: desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em TI; prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade; e executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Os serviços prestados envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

O Serpro prevê soluções tecnológicas estratégicas que suportam ações estruturantes do Estado brasileiro e tem o papel de impulsionar políticas públicas que visam o desenvolvimento do país e a democratização de serviços essenciais a todos os brasileiros. Com forte atuação na esfera Federal, a Empresa se desafia também a levar seus serviços de qualidade e credibilidade a Estados e Municípios, pois o avanço tecnológico deve ser visto como uma poderosa ferramenta de inclusão social.

Em 2023, com uma nova gestão e orientado por novos direcionamentos governamentais, o Serpro assumiu o compromisso de alcançar uma camada da sociedade presente nos Estados e Municípios que se encontra distante do digital e, assim, auxiliar o Brasil a construir uma Cidadania Digital que seja real para todas as pessoas.

E ainda, a Empresa apresenta uma longa tradição em segurança da informação e inteligência e se aproximou do mercado privado ao longo dos últimos anos, pois tem a possibilidade de beneficiar a vida dos cidadãos por meio de empresas que utilizam suas soluções para alavancar negócios, validar a confiabilidade de dados e informações e auxiliar no combate a fraudes.

Essa atuação é reforçada pelos seguintes componentes estratégicos:

- Propósito: Aproximar Estado e cidadãos por meio da tecnologia
Missão: Conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras
Visão: Ser a maior plataforma do Brasil de integração de soluções tecnológicas do Estado para a sociedade
- Valores:
- Segurança e privacidade como prioridade
 - Inteligência de dados voltada para a sociedade
 - Excelência e inovação em soluções digitais
 - Atuação íntegra, transparente e ética
 - Talentos como principal ativo
 - Sustentabilidade econômica e socioambiental

O capital social do Serpro é de R\$ 1.786.196.057,07, totalmente subscrito e integralizado, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com totalidade das ações de propriedade da União.

O Serpro não participa do capital de outras empresas e, como empresa pública federal não dependente, não possui contratos de gestão firmados.

No contexto da estrutura societária, o Serpro foi incluído no Programa Nacional de Desestatização (PND) e qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) por meio do Decreto nº 10.206, de 22 de janeiro de 2020. Entretanto, tal dispositivo foi revogado pelo Decreto nº 11.478, de 6 de abril de 2023, e assim, a Empresa foi excluída do PND.

A saída do Programa representou um marco importante, uma sinalização do Governo Federal de confiança nos serviços prestados pelo Serpro e de reconhecimento da relevância de seu papel para a sociedade brasileira, bem como do compromisso que a Empresa tem em cumprir sua finalidade pública e missão social, viabilizando o acesso a serviços públicos por meio da tecnologia.

Conheça mais em <https://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos>

Consulte os [prêmios e reconhecimentos](#) que confirmam a geração de valor do Serpro junto às partes interessadas.

Estrutura Organizacional

Para cumprir sua finalidade e se destacar num mercado em constante evolução, o Serpro observa dispositivos legais e boas práticas que contribuem para a adequada Governança Corporativa, dispondo de uma [Estrutura de Governança e Gestão](#) que disciplina como a Empresa se organiza e funciona e que considera o conjunto de atribuições, responsabilidades e autoridades distribuídas às instâncias de governança e gestão.

Para viabilizar a Estratégia Empresarial e o fluxo decisório e informacional, a Empresa conta com a [Estrutura Organizacional](#), aprovada pelo Conselho de Administração, que define as áreas de atuação e competências da Presidência e das Diretorias.

Nos níveis táticos, as unidades subordinadas à Diretoria Executiva têm atribuições especializadas por função, que consideram o balanceamento de poderes, autoridades e alçadas e que foram endereçadas de acordo com a responsabilidade de cada área sobre os processos corporativos integrantes da Cadeia de Valor.

Cadeia de Valor

Para cumprir sua missão e gerar valor, os macroprocessos e processos do Serpro são organizados, inter-relacionados e agrupados em atividades finalísticas e viabilizadoras, sendo representados em alto nível pela Cadeia de Valor.

Os processos finalísticos representam as atividades-fim ou diretamente envolvidas no atendimento às necessidades de seus clientes, enquanto os processos viabilizadores são responsáveis por garantir os recursos necessários e contribuir para os processos finalísticos alcançarem sucesso junto aos clientes.

Figura 1: Cadeia de Valor do Serpro



Vigência: Dez/2023.

Fonte: Serpro (2023).

Modelo de Negócio

O Modelo Corporativo de Negócio do Serpro (MCNS) representa as interações entre os elementos organizacionais e normativos da gestão empresarial que direcionam como a Empresa faz negócios, além de atribuir a responsabilidade sobre o Plano Estratégico de Negócio.

A Empresa possui um portfólio de serviços organizado em seis Linhas de Negócio, alinhado com a Estratégia de Negócio e que busca melhorar a experiência de oferta para cada mercado alvo, apresentando toda diversidade de produtos disponíveis, além de tratar de forma diferenciada seus clientes estruturantes². As Linhas de Negócio têm suas estratégias específicas:



Ambientes e Conectividade de TI: serviços de computação em nuvem, redes de conectividade, infraestrutura, administração de ambientes de rede e suporte técnico especializado, de alta confiabilidade e disponibilidade, essenciais para os órgãos públicos operarem atividades de sua competência e cumprirem suas finalidades. Permitem a integração contínua de soluções digitais complexas acelerando a transformação digital.



Informação e Análise: serviços que fomentam a atividades econômica, proporcionam relacionamentos de negócio mais confiáveis, processos mais seguros e tomada de decisão inteligente ao viabilizar canais de acesso e integração a informações de Governo, atendendo diversos mercados.



Operações de Governo: serviços públicos nos quais o Estado atua como regulador e o Serpro atua como executor, coordenando a operação e provendo-os diretamente à sua cadeia produtiva.



Privacidade e Segurança: soluções para promover segurança no uso de serviços e na identificação digital dos usuários, proporcionando transparência e privacidade quanto ao uso de dados diante da disseminação dos serviços digitais.



Soluções sob Medida: construção e sustentação de soluções digitais inteligentes para transformar digitalmente o Governo, capacitando-o a atender às mais exigentes necessidades do país e a tornar as políticas públicas mais eficientes e econômicas.



Software: serviços voltados para atender necessidades internas ou finalísticas do negócio do cliente com soluções inovadoras para problemas complexos do mercado público e privado. São serviços multiplataforma que simplificam e modernizam a operação do negócio dos clientes.

Principais clientes e soluções

A carteira de clientes do Serpro é composta por órgãos públicos federais, dependentes ou não do Orçamento Geral da União (OGU), órgãos públicos estaduais e municipais, e por clientes privados nacionais e internacionais.

Os órgãos públicos são os principais clientes, dentre os quais encontram-se:

- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Receita Federal do Brasil (RFB);
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
- Secretaria de Comércio Exterior (SECEX);
- Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
- Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran);
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação (MEC);
- Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa);
- Presidência da República;
- Caixa Econômica Federal (CEF);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Em consonância à sua missão de conectar Estado e sociedade, o propósito desde a sua criação é atuar para modernizar e desburocratizar o Governo brasileiro, tornando a relação do cidadão com o poder público mais prática e transparente, garantindo segurança e confiabilidade nas soluções estruturadoras e que viabilizam políticas públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

O Serpro opera soluções que sustentam atividades de Estado e que atendem variados públicos: Governos, empresas e cidadãos. E, por isso, é o braço da transformação digital que o Brasil vem realizando nos últimos anos.

Em 2023, essas soluções se destacaram por trazerem inovações, impulsionarem o Governo Digital e facilitarem o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.

Trânsito
<p>Carteira Digital de Trânsito (CDT)</p> <p>O aplicativo reúne documentos digitais de condutores e veículos e oferece funcionalidades como venda digital, avisos de recall, indicação do real infrator e recebimento de multas com opção de desconto. Sucesso no número de downloads e reconhecida pelo público em diversas premiações desde sua criação, a solução é cada vez mais utilizada e permanece em evolução.</p> <p>Em 2023, a CDT ultrapassou os 53 milhões de usuários cadastrados e desburocratizou a venda de mais de 400 mil veículos por meio da Venda Digital, que possibilita a comunicação entre comprador e vendedor e a transferência de propriedade de maneira segura por autenticação com as contas da Plataforma Gov.Br e com biometria facial.</p> <p>Uma nova funcionalidade lançada em 2023, que promove mais mobilidade e é direcionada aos idosos, foi a emissão da credencial de estacionamento para pessoas com 60 anos ou mais.</p>
Meio Ambiente
<p>Sistema de Arrecadação e Cobrança (SIAC) e integração com o PagTesouro</p> <p>O SIAC foi desenvolvido para o Ibama e visa tratar a arrecadação e cobrança de taxas administrativas e multas decorrentes do processo sancionador ambiental.</p> <p>O sistema vem evoluindo e, em 2023, incorporou funcionalidades de integração com o PagTesouro para arrecadação da taxa administrativa de Potencial de Periculosidade Ambiental junto a empresas detentoras de produtos agrotóxicos. Com a facilitação do pagamento, o índice de inadimplência tende a ser menor, o que reflete em maior eficácia no recebimento dos pagamentos e em aprimoramento da gestão da arrecadação pelo órgão.</p>
Agronegócio
<p>Painéis de Monitoramento do Plano ABC+</p> <p>O Serpro desenvolveu painéis geoanalíticos a partir da coleta e tratamento de dados geográficos sobre áreas de pastagens e de informações sobre investimentos financeiros feitos por produtores rurais em ações de recuperação dessas áreas.</p> <p>Um Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Mapa marcou o primeiro passo de um conjunto de ações para consolidar uma plataforma de inteligência de dados voltada para a agricultura sustentável.</p> <p>O objetivo é aprimorar o monitoramento de ações de recuperação de pastagens degradadas e mitigação dos gases do efeito estufa, no âmbito do Plano ABC+, que dá continuidade à política governamental de enfrentamento à mudança climática no setor agropecuário, no período de 2020 a 2030.</p>
Fazendário
<p>Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e</p> <p>Desenvolvida pelo Serpro para a RFB, a solução de Emissão de Nota Fiscal de Serviços surgiu para facilitar a vida de cidadãos, empresas e entes federativos e promover a simplificação de processos, digitalização de serviços e economia de custos.</p> <p>Em 2023, passou a permitir que microempreendedores individuais (MEIs)³ possam emitir as notas fiscais dos serviços prestados, superando o desafio da falta de padronização tributária no país, com mais de 5 mil legislações e notas fiscais de serviço diferentes em cada município, além de diversos modos de apurações de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). A nova versão do aplicativo Emissor Mobile da NFS-e para dispositivos móveis Android e IOS foi disponibilizada nas lojas Google e Apple.</p>
Cidadão
<p>Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF 2023</p> <p>O programa do Imposto de Renda passa por melhorias a cada ano e as novidades de 2023 envolveram a disponibilização da declaração pré-preenchida desde o início do período e a inclusão dos contribuintes que utilizaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição via Pix – chave CPF no conjunto de prioridades no recebimento do valor devido.</p> <p>Já na solução Meu Imposto de Renda, além do próprio cidadão, podem fazer uso da declaração pré-preenchida o procurador Pessoa Física ou Jurídica e a pessoa autorizada pelo contribuinte, como dependentes e grupos familiares.</p>
<p>Plataforma Gov.Br</p> <p>Com mais de 154 milhões de usuários cadastrados e mais de 50 milhões de contas ouro, a plataforma, que unifica os canais digitais governamentais e oferece cerca de 5 mil serviços públicos online para o cidadão, evoluiu com o incremento de tecnologias de biometria e inteligência artificial, facilitando a vida do cidadão.</p> <p>Um exemplo disso é a implantação do ecossistema de automação de identificação biométrica, o AIBIO, que simplificou a prova de vida, não mais exigindo movimentos e gestos do usuário e acrescentando mais segurança e serviços ao cidadão no Gov.Br. Em 2023, destacam-se as seguintes melhorias: procuração eletrônica, controle de acesso a partir da localização do usuário, gestão de dispositivos, autenticação por digitais em totens de atendimento para consumo de serviço público e controle de acesso a Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) com restrições na RFB.</p>
<p>FGTS Digital</p> <p>O objetivo do projeto FGTS Digital é prover soluções tecnológicas que simplifiquem os diversos processos relacionados à obrigação de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), promovendo a transformação digital no pagamento, controle e fiscalização dos débitos.</p> <p>A solução tecnológica, desenvolvida pelo Serpro para o Ministério do Trabalho e a CEF, foi testada com cuidado por mais de 3 meses com grupos de mais de 14 mil empregadores e tem previsão de entrar em vigor, de forma definitiva, a partir de janeiro de 2024.</p> <p>Com ela, o empregador encaminhará sua declaração mensal de FGTS pelo eSocial e realizará o pagamento pelo FGTS Digital, que identificará, imediatamente, quais são os empregados beneficiados pelo recolhimento.</p> <p>O principal benefício será a agilidade com que os valores recolhidos serão disponibilizados nas contas vinculadas, de maneira confiável e muito mais transparente.</p>

- Clientes públicos que atuam em ações estratégicas do Estado, responsáveis pela execução de políticas públicas.
- A mudança não é válida para MEIs que comercializam mercadorias e, para pessoas físicas, a emissão de NFS-e continuará facultativa.

1 Estatuto Social do Serpro, art. 3º.



Atividades de Estado

Mãos à Obra – Plataforma de Monitoramento de Obras Paradas

A **Plataforma Mãos à Obra** foi desenvolvida para realizar o diagnóstico da situação das obras inacabadas no país, possibilitando ao Governo Federal mapear rapidamente as obras que podem ser retomadas. O sistema possibilita a visualização e a atualização das informações das obras celebradas em parceria com a União, diretamente pelo gestor municipal ou estadual, o que garantirá maior precisão e integridade nas informações.

CCT Importação – Aéreo

O **Sistema de Controle de Carga e Trânsito** é o mais novo dos sistemas integrantes do Portal Único Siscomex, que engloba todo o esforço de desburocratização do comércio exterior brasileiro. A solução foi desenvolvida para atender uma parceria da RFB com a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e vem sendo utilizada por todos os aeroportos internacionais do país com o objetivo de simplificar a logística do modal aéreo brasileiro, reduzindo em até 80% o tempo de liberação das cargas e mercadorias importadas via aeroportos. Com o novo sistema, a área técnica da RFB estima uma redução de 90% nos casos de intervenção humana no fluxo das cargas e uma economia anual de R\$ 10 bilhões para o setor.

Sinesp-CAD

O **Sinesp-CAD** faz parte do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e é responsável pelo registro, despacho e integração dos atendimentos emergenciais direcionados às forças de segurança pública, como Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal e Bombeiros, além de órgãos como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e as Guardas Municipais. Em 2023, foi lançada a versão 3.0 do sistema que permite que o ambiente de atendimento *web* seja mantido mesmo que ocorram falhas de acesso à internet, o que é importante para sua utilização por Municípios com menor capacidade de infraestrutura. Adicionalmente, evoluções no sistema contribuem para a diminuição do tempo de resposta ao cidadão.

Vale ainda destacar o lançamento da Nuvem de Governo, uma infraestrutura em nuvem com gestão totalmente brasileira, projetada para atender às necessidades específicas do Estado e garantir a segurança de dados sensíveis do setor público nacional.

A solução é uma resposta imediata do Serpro à Portaria SGD/MDI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, para auxiliar os órgãos do Poder Executivo Federal a se adequarem ao novo marco legal. O documento, que estabelece o modelo de contratação de *software* e de serviços de computação em nuvem desses órgãos, determina que os dados tratados em ambiente de nuvem devem ser armazenados em centros de dados localizados em território brasileiro.

Ainda segundo essa Portaria, devem ser mantidas em ambiente de nuvem de Governo cargas de trabalho que tratem informação com restrição de acesso prevista na legislação, a exemplo de: sigilo fiscal, bancário, comercial, empresarial, contábil, de segredo industrial, de direito autoral, de propriedade intelectual, industrial, policial, processual civil, processual penal e disciplinar administrativa.



A solução oferece uma série de vantagens estratégicas para organismos públicos, como *pool* de recursos, acesso pela internet, rápida elasticidade, disponibilidade, serviços gerenciados e mensuráveis.

Destaca-se a garantia de soberania nacional, uma vez que os dados são mantidos integralmente dentro das fronteiras do país, nos centros de dados do Serpro. A nuvem soberana é a prestação de serviços de nuvem – dentro de uma jurisdição que atende aos requisitos de residência de dados e autonomia operacional – que garante que os dados e a infraestrutura estejam livres de controle por atores externos e protegidos do acesso de governos estrangeiros. Isso elimina riscos associados à transferência internacional de dados e assegura total conformidade com as regulamentações nacionais.

Interesse Público, Políticas e Programas de Governo

Líder no mercado de TI para o setor público, o Serpro cria novas trilhas de desburocratização e de governo eletrônico para uma transformação digital cada vez mais inclusiva e participativa e oferta ao cidadão serviços públicos acessíveis e eficientes.

Por meio da inovação, da simplificação de soluções e da integração entre bases de dados de Governo, o Serpro melhora a qualidade das informações existentes e elimina a necessidade de presença física do cidadão para ter acesso a serviços públicos, garantindo a segurança e integridade das operações e contribuindo para a sociedade.

Para viabilizar internamente a entrega das soluções para o Governo voltadas às políticas públicas, o Serpro está inserido no Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, do Plano Plurianual (PPA). A fonte para a cobertura desse orçamento é oriunda de recursos próprios da Empresa, decorrentes da receita de prestação de serviços.

No exercício 2023, o Serpro executou R\$ 192 milhões, equivalente a 47,8% do orçamento total aprovado de investimentos que estabeleceu o montante de R\$ 403 milhões, observando os limites de R\$ 338 milhões para aquisição de ativos imobilizados (bens, *hardware* e obras), e R\$ 65 milhões para aquisição de ativos intangíveis (*software*), dando destaque às iniciativas de inovação, na melhoria da eficiência operacional, na garantia dos níveis de serviço e principalmente na qualidade dos serviços ofertados à sociedade brasileira, bem como adequações dos ambientes produtivos e da infraestrutura, aderente ao novo modelo operacional da Empresa.

É importante ressaltar que a geração de caixa operacional foi suficiente para a execução dos investimentos, assim como para custear as demais despesas das atividades empresariais, sem a necessidade de repasses de verbas públicas, tampouco de financiamento por terceiros.

O Serpro realiza suas atividades em conformidade com sua finalidade e objeto social, de modo a contribuir para o interesse público que justificou sua criação, não tendo sido orientado pela União a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atua no mesmo mercado.

Alinhado às orientações da Secretaria de Governo Digital (SGD) e para ampliar a oferta de serviços para a melhoria da eficiência na gestão dos recursos e das políticas públicas, o Serpro concentrou seus investimentos na sua atividade-fim, com o objetivo de prover recursos tecnológicos em estado-dá-arte e, com isso, apoiar os esforços governamentais de transformação digital.

Soluções para o mercado privado e expansão do mercado internacional

Ainda em consonância à sua missão organizacional, o Serpro atende também empresas com serviços de inteligência e soluções que avançam negócios digitais, resultando em benefícios para a sociedade, além de qualificar as relações do mercado com o Estado na prestação de serviços que acelerem o desenvolvimento do país.

Os esforços para ampliação anual dessa carteira resultaram num acréscimo significativo no número de clientes privados (mais de 23% de crescimento em 2023 comparado a 2022).

No mercado internacional, a Empresa tem a oportunidade tanto de comercializar suas soluções quanto de conhecer novas regras de negócios e aprender a partir da troca de experiências com as comitativas de outros países que vêm ao Serpro conhecer sua atuação.

Essas nações reconhecem seu valor e seus diferenciais por lidar com grandes volumes de informações e relevantes bases de dados de Governo, por ter expertise em sistemas estruturantes de muitos e variados domínios de negócios, e por desenvolver soluções de autenticação e reconhecimento de cidadãos que possibilitam prestar serviços públicos a quem realmente se destinam. Isso sem esquecer que o Serpro promove a transformação digital com compromisso e cuidado com a segurança da informação e em conformidade com a privacidade e proteção de dados pessoais.

Atualmente, a Empresa conta com 67 clientes internacionais, distribuídos em 25 países: Áustria, Bolívia, Canadá, Chile, Chipre, Colômbia, Curaçao, Espanha, Estados Unidos, Estônia, França, Grécia, Guatemala, Hong Kong, Irlanda, Japão, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Peru, Polónia, Reino Unido, Singapura, Suécia e Tailândia.

O Serpro demonstra um compromisso forte com a expansão e inovação no mercado internacional. As ações empreendidas e os resultados alcançados refletem a sua estratégia de crescimento global, alinhada com as metas estratégicas e de negócios da Empresa. A expansão para 4 continentes e a celebração de 158 contratos internacionais são marcos notáveis, mostrando o sucesso da Empresa em estabelecer uma presença global significativa e reconhecida.

Em resumo, a Empresa apresenta uma abordagem diversificada e inovadora em seus serviços, com uma clara orientação para a transformação digital e a sustentabilidade, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas e a produção de resultados organizacionais em diversos setores.

Interação com o ambiente externo

Em 2023, o Serpro enfrentou um cenário externo desafiador e o entendimento do ambiente é o ponto de partida essencial para a elaboração da Estratégia da Empresa, envolvendo a análise de informações relevantes para as partes interessadas com as quais o Serpro se relaciona, além de proporcionar uma visão concisa e abrangente do contexto em que está inserido.

Durante a formulação da Estratégia, o Serpro adota o método SWOT e obtém informações por meio de diversas fontes: pesquisas em estudos, artigos e tendências; participação em palestras conduzidas por especialistas externos; entrevistas realizadas com os principais clientes; engajamento dos colaboradores por meio de pesquisas internas; avaliação dos concorrentes mais relevantes; e levantamento das diretrizes governamentais e estratégias de mercado.

Em sua análise do ambiente externo, o Serpro considera todos os elementos que influenciam o negócio, seja de maneira positiva ou negativa, incluindo fatores como: situação política, considerações econômicas, aspectos sociais, mudanças culturais, evoluções legais e avanços tecnológicos. A análise desses elementos proporciona uma compreensão abrangente das ameaças e oportunidades que podem impactar a Empresa.

As mudanças no cenário político brasileiro e o início de um novo Governo demandaram dos administradores do Serpro a revisão do Plano Estratégico 2023, com o objetivo de melhor refletir as novas prioridades do Poder Executivo Federal. Marcando um momento de transição da gestão, esse foi o primeiro esforço de adequação das ações empresariais, que teve continuidade ao longo do ano para que as novas diretrizes governamentais fossem mais fortemente incorporadas ao planejamento dos próximos exercícios.

Cenário macroeconômico

O ano de 2023 apresentou desafios significativos para o cenário econômico doméstico, marcado por uma série de fatores internos e externos que influenciaram diretamente o desenvolvimento econômico do país.

O Brasil enfrentou um ambiente econômico complexo, buscando impulsionar o crescimento em meio a desafios internos persistentes. Questões como a reforma tributária, a necessidade de melhorias na infraestrutura e a gestão das contas públicas foram determinantes para a capacidade do país em atrair investimentos e estimular a atividade econômica.

A gestão da inflação foi uma preocupação constante em 2023. O Banco Central do Brasil implementou medidas para equilibrar a busca pelo crescimento econômico com a necessidade de conter pressões inflacionárias. A elevação das taxas de juros e a adoção de políticas monetárias cautelosas foram estratégias adotadas para garantir a estabilidade econômica.

As relações comerciais internacionais desempenharam um papel crucial no cenário econômico brasileiro em 2023. A busca por mercados diversificados e a ampliação de acordos comerciais foram estratégias para mitigar a dependência de determinados parceiros e aumentar a resiliência frente a turbulências globais.

O desempenho do setor agropecuário continuou a ser um dos motores da economia brasileira. A crescente demanda por commodities, aliada à produção agrícola eficiente, contribuiu para o equilíbrio da balança comercial e para a geração de receitas importantes para o país.

O Serpro, como empresa pública viabilizadora de soluções digitais, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo Serpro são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras e confiáveis, e soluções que tomem suas plataformas de negócios mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o Serpro vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

Inovação e Parcerias

As constantes mudanças no setor de TI podem ser fontes de oportunidades ou de incertezas, o que exige das empresas que atuam nesse segmento um olhar atento para as tendências e as necessidades dos usuários, além de investimentos para modernizar a infraestrutura e capacitar os profissionais.

No caso de uma empresa pública de TI, como o Serpro, outros desafios estão relacionados à promoção de condições para que o processo de inovação seja colaborativo e as novas tecnologias sejam aplicadas em soluções e serviços de maneira a transformar a vida das pessoas.

Por isso, o Serpro concentra esforços para promover inovação e estabelecer parcerias que impulsionem seus negócios, embasando-se na legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.303/2016, e alinhando suas diretrizes estratégicas para a satisfação dos clientes e a geração de valor público para os usuários finais e cidadãos.

Neste sentido, o Serpro Ventures delinea uma abordagem geral para planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das ações de inovação, alinhadas à Estratégia e aos valores organizacionais, especialmente focadas na excelência e inovação em soluções digitais.

Adicionalmente, o Serpro buscou impulsionar a inovação com parcerias pela inovação e desenvolvimento, unindo esforços com a Academia. Essas iniciativas podem fortalecer a pesquisa, capacitação técnica e formação de profissionais especializados em tecnologias de ponta, fundamentais para o fomento da cultura de inovação na Empresa.

Na interação com o ambiente externo, a atenção aos clientes e cidadãos é um cuidado permanente para que o Serpro realize suas finalidades e um fator fundamental para o sucesso.

Felicidade do Cliente

Entender bem os clientes e identificar o que de fato tem valor para eles é um desafio para todas as organizações que desejam se manter competitivas em seus segmentos. Por isso, em 2023, o Serpro empreendeu grandes esforços na busca de novos conhecimentos e estratégias para estreitar e fortalecer o relacionamento com os clientes, entregando a eles não apenas as melhores e mais inovadoras soluções tecnológicas, mas o sucesso no uso e experiências em todos os pontos de contatos do cliente com a marca.

Várias iniciativas tiveram por objetivo aderir à nova cultura de centralidade no cliente com o intuito de fazê-lo feliz. A participação em eventos externos e certificações alcançou 22% dos colaboradores de toda a Empresa e foi lançada uma série de palestras com empresas renomadas nos temas experiência, sucesso e jornada do cliente, além de abordar o assunto experiência do colaborador.

Alguns resultados colhidos em 2023 envolvem o posicionamento do Serpro na Zona de Qualidade (com o *Net Promoter Score* em 57%) e 65% dos clientes de produtos e serviços pesquisados mais felizes com o relacionamento pós-venda.

Estratégia, Desempenho e Governança

Estratégia Empresarial e seu desdobramento tecnológico

O Serpro define sua Estratégia de longo prazo para um horizonte de cinco anos com base em um conjunto de direcionamentos e prioridades de negócio e de tecnologia, de curto, médio e longo prazo, e na análise de ambiente no qual a Empresa está inserida.

A Estratégia é detalhada no Plano Estratégico Empresarial (PEE), por meio de Objetivos Estratégicos (OE) de longo prazo desdobrados em um conjunto de Metas Estratégicas (ME). E, para fortalecer a vinculação entre a Estratégia de longo prazo e a execução do dia a dia da Empresa, as ME são desdobradas em Resultados Chave para as diversas unidades organizacionais.

Em 2023, aspectos priorizados pelo novo Governo Federal motivaram a revisão da Estratégia aprovada no fim de 2022, visando seu alinhamento às diretrizes de fortalecimento da atuação no setor público e expansão da interação com Estados e Municípios, de desenvolvimento de soluções que democratizam o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, de proteção ao Meio Ambiente e atenção às mudanças climáticas, e de garantia dos Direitos Humanos e promoção de diversidade, equidade e inclusão. Assim, o PEE em 2023 foi composto por 6 OE e 26 ME.

Figura 2: Planejamento Estratégico – Ciclo 2023-2027



Fonte: Serpro (2023).

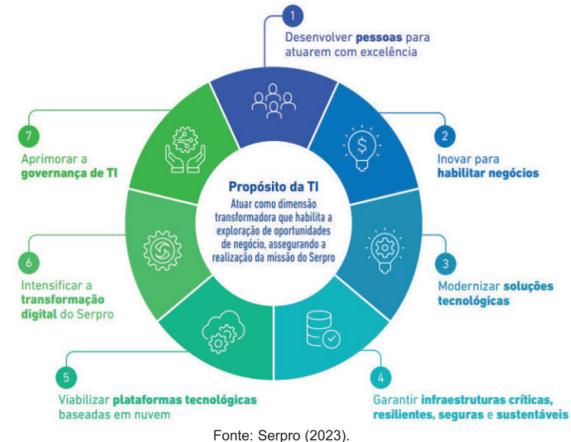
De 26 Metas Estratégicas, 17 foram alcançadas, 1 não pôde ser medida devido à alteração no escopo de avaliação do indicador e os principais destaques do desempenho são:

- OE1: Índice de Imagem com boas avaliações na Central de Serviços Serpro e notícias positivas na imprensa;
- OE2: entrega de painéis de informações de saúde ocupacional e dados educacionais;
- OE3: superação da receita operacional líquida com novos negócios provenientes de iniciativas do Serpro Ventures;
- OE4: avanços acima do esperado para obtenção da primeira certificação de Segurança da Informação para o ambiente de Nuvem do Serpro;
- OE5: superação da meta de receita operacional líquida não OGU; 8 contratos de serviços estratégicos com clientes OGU firmados para o Serpro Multicloud; e
- OE6: indicador de obsolescência em queda progressiva e bem abaixo do limite definido, o que revela ótimos resultados com a gestão do parque instalado.

O Serpro recebe direcionamentos institucionais de seu Ministério Supervisor e considerando o Planejamento Estratégico e a perspectiva de atendimento aos clientes estratégicos do Governo, adota práticas destinadas a assegurar a perenidade e sustentação de seus negócios por meio da evolução de seu parque tecnológico e demais tecnologias empregadas. Essas práticas visam garantir que sua missão seja cumprida de maneira consistente e eficaz. Isso inclui a implementação de estratégias de gestão de tecnologia, atualizações regulares e investimentos em inovação, segurança e modernização de suas infraestruturas tecnológicas.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) consolida iniciativas essenciais para alcançar os Objetivos de TI, que, por sua vez, são fundamentais para concretizar a Estratégia Empresarial. Formulada para um ciclo de cinco anos e alinhado estrategicamente à visão organizacional, o PDTIC 2023-2027 estabeleceu 7 Objetivos de TI e 22 Metas de TI.

Figura 3: Objetivos de TI – Ciclo 2023-2027



Fonte: Serpro (2023).

De 22 Metas de TI, 15 foram alcançadas, 1 foi excluída devido à revisão da Estratégia e se destacam:

- OTI1: ampla participação dos empregados em ações educacionais de desenvolvimento de competências tanto técnicas quanto comportamentais;
- OTI2: realização de 8 experimentos em temas técnicos estruturados, construção de 3 APIs de Inteligência Artificial reutilizáveis, entrega de 3 novas funcionalidades para o ecossistema de Biometria e implementação de 4 casos de uso envolvendo IA e *GeoAnalytics*;
- OTI3: avanços na maturidade dos times para tratar dívidas técnicas de obsolescência tecnológica nos sistemas ainda que permaneçam desafios para exercícios futuros;
- OTI4: alcance da meta de evolução da arquitetura de Segurança da Informação e implementação de 8 melhorias de infraestrutura de Operações, que contribuirão para a continuidade e a segurança das operações essenciais no centro de dados;
- OTI5: apesar dos avanços em computação em nuvem, as metas de aumento da capacidade do Serpro *Cloud One* e de disponibilização de novos serviços não foram alcançadas;
- OTI6: realização de 98% das ações prioritizadas no Plano de Transformação Digital, resultado que superou a meta de 80%; e
- OTI7: aprimoramento da governança de TI com o alinhamento entre os investimentos em tecnologia e os objetivos estratégicos, como forma de alcançar uma melhor gestão de TI e um constante monitoramento das decisões de capacidade de TI.

Ressalta-se, ainda, que o PDTIC é um importante instrumento de orientação para as contratações de tecnologia, pois busca garantir que os investimentos propostos e a alocação de recursos estejam em conformidade com as prioridades estratégicas da Empresa.

As aquisições e contratações de TIC são um dos alicerces para a eficiência da execução da grande maioria dos processos do Serpro, tendo um papel fundamental no alcance das metas do PEE, nas iniciativas de inovação, na melhoria da eficiência operacional, na garantia dos níveis de serviço e principalmente na qualidade dos serviços ofertados à sociedade brasileira.

A criticidade do processo e o envolvimento de quantias vultosas de recursos demandam observância e cumprimento da legislação vigente, alinhamento com os objetivos estratégicos do Serpro e utilização das melhores práticas de gestão pública.

Em 2023, o Serpro concluiu 160 contratações de TI, dentre as quais se destacam:

- Plataforma alta: crescimento do *mainframe*;
- Armazenamento: *storage* (R\$ 22,9 milhões), rede SAN (R\$ 19,6 milhões), Solução de Armazenamento de Objetos (R\$ 4,8 milhões);
- *Facilities* Centro de Dados: Centro de Dados Modular em São Paulo; e
- Rede LAN: atualização da rede *Wireless*.

Os valores investidos estão descritos adiante.

Quadro 1: Investimentos em TIC – por segmento

Segmento	Valor realizado (R\$)
Plataforma alta	79.483.007,32
Facilities Centro de Dados	51.823.694,93
Armazenamento	49.445.447,79
Rede LAN	4.309.742,02
Plataforma baixa	1.470.525,58
Segurança	620.279,50
Corporativo	129.500,00
Desenvolvimento	42.722,95
Rede centro de dados	12.450,56
Outros	5.404,99
Backbone	3.371,79
Total	187.346.147,43

Fonte: Serpro (2023).

Destaca-se a vigilância constante do indicador de obsolescência dos equipamentos de TI do Serpro, assunto que não deve ser subestimado. Observa-se a continuidade da trajetória de redução da obsolescência, resultado dos substanciais investimentos realizados, especialmente nos anos de 2021 e 2022. A obsolescência dos ativos do Serpro está sob controle, refletindo um indicador abaixo de 6%, sem previsão de crescimento nos próximos dois anos.

É crucial manter uma abordagem proativa para evitar a ressurgência da obsolescência acumulada como um desafio para a Empresa. A resolução rápida de problemas pontuais é fundamental, assegurando uma renovação constante e sustentável do parque instalado. Dessa forma, a sustentabilidade e eficiência a longo prazo dos ativos do Serpro estão garantidas.

Governança integrada para apoiar o alcance de objetivos

A Governança no Serpro é responsável por avaliar, dirigir e monitorar a atuação da gestão com foco no atendimento da Estratégia Empresarial e das expectativas das partes interessadas de forma satisfatória. Adota mecanismos que são postos em prática com vistas à consecução das políticas públicas, à prestação de serviços de interesse da sociedade, e consequente geração de valor público, além do fortalecimento da confiança das partes interessadas e da imagem institucional.

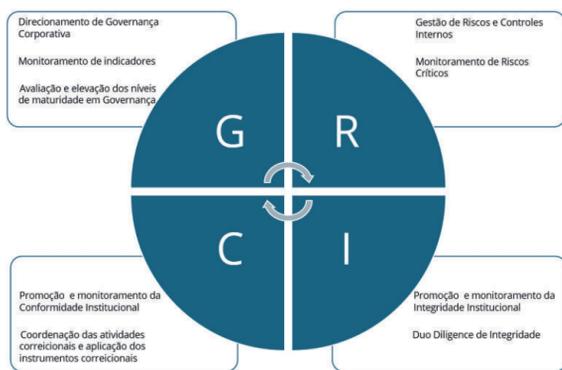
O Serpro observa as determinações legais sobre governança das empresas estatais, as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), as diretrizes de Governo e as melhores práticas de mercado recomendadas pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pelo Referencial Básico de Governança Aplicável à Administração Pública do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Empresa dispõe do Modelo de Governança e Gestão Corporativas, que define as funções exercidas pela governança e pela gestão e seu inter-relacionamento, sendo composto pela Estrutura e Arquitetura de Governança e Gestão, e que tem como princípios direcionadores a equidade, a prestação de contas, a responsabilidade corporativa e a transparência.

O Serpro afere periodicamente seu nível de Maturidade em Governança e Gestão, num compromisso em instituir e manter mecanismos, práticas e instrumentos que favoreçam sua evolução no tema.

Adicionalmente, são empreendidos esforços de fortalecimento da Cultura de Governança, Riscos, Conformidade, Correição e Integridade (GRCI) para disseminar a importância desses temas e sensibilizar as unidades organizacionais sobre sua responsabilidade com tais aspectos.

Figura 4: Integração GRCI



As instâncias de governança internas e de apoio são consideradas necessárias, suficientes e apropriadas ao desempenho eficaz de suas funções. As práticas adotadas e os instrumentos elaborados para promoção da Governança no Serpro fortalecem todo o sistema organizacional, permitindo a conexão entre as instâncias e as partes interessadas, a atuação transversal com as temáticas social e ambiental, e o fluxo adequado para que a gestão seja efetiva e o desempenho empresarial seja favorável.

Desde a entrada em vigor da Lei das Estatais, o Serpro mantém conformidade com as políticas e instâncias de governança previstas nas regulações aplicáveis e no Estatuto Social e se empenha em aprimorar continuamente os elevados padrões de governança, o que lhe conferiu sucessivos reconhecimentos em avaliações do Governo e do mercado.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Para o Serpro, a gestão de riscos e controles internos é uma prática de Governança Corporativa cujo propósito é a proteção do valor da organização, e, portanto, contribui para a previsão dos eventos que podem impactar o desempenho da Empresa e auxilia a tomada de decisão com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos organizacionais.

As principais diretrizes que nortearam a gestão de riscos e controles internos em 2023 foram: a gestão preventiva e proativa, a integração com o Planejamento Estratégico, a integração com as áreas estratégicas da Empresa, o tratamento e monitoramento dos riscos críticos, e a gestão dinâmica e iterativa.

O Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos executado em 2023 concentrou-se na gestão de riscos por tipologia, na gestão de riscos positivos (compreendidos como oportunidades), na verificação de controles dos riscos estratégicos e riscos de negócio do Serpro, na gestão de riscos e controles dos projetos estratégicos, e na vinculação de riscos aos objetivos ESG.

Compliance Institucional

O *Compliance* Institucional no Serpro está inserido no escopo da Cultura de GRCI e tem como pilares:

- a gestão da Integridade Institucional, que se dá por meio da adoção de um conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade voltados à prevenção, à detecção e à punição e remediação de irregularidades, fraudes, corrupção e desvios éticos, assim como ao fomento e à manutenção de uma cultura de integridade no ambiente corporativo; e
- a gestão da Conformidade Institucional, que visa assegurar que as atividades empresariais sejam desenvolvidas e executadas em conformidade com as expectativas legais, normativas, regulatórias e estatutárias.

Em 2023, a Integridade atuou com foco na consolidação do processo de *Due Diligence* de Integridade (DDI) de Fornecedores e Parceiros de Negócio e sua ampliação para os Clientes. Por outro lado, a Conformidade concentrou-se na consolidação e automação da gestão da Conformidade Institucional, para garantir mais celeridade na emissão, gestão e monitoramento das ações envolvendo os alertas conformidades e as notificações de não conformidade.

Correição

A Correição no Serpro tem como foco a sustentação e promoção de um ambiente de integridade dentro da administração. Seu objetivo é o de investigar, apurar e identificar infrações funcionais e atos ilícitos praticados por agentes públicos.

Dessa maneira, a atuação da Corregedoria se dá em um contexto maior, o da Integridade, que se caracteriza, segundo a definição utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela adesão a valores, princípios e éticas que priorizam os interesses públicos sobre os privados.

Nesse contexto, portanto, a Corregedoria direciona suas ações com vistas à correição eficiente, educacional, preventiva, avaliativa e corretiva e na aferição assertiva do desempenho dos profissionais (especialistas e administradores) quanto à eficiência e ao cumprimento de seus deveres, fortemente ancorados na Conformidade e Integridade Institucionais.

Destques de entregas de valor preventivo:

- Atendimentos individualizados (para unidades organizacionais, gestores e empregados); e
- Disseminação de informações sobre Assédio, Processo da Corregedoria, Resultados de Processos Correcionais e Sistema de Correição do Poder Executivo (Siscor), por meio de publicações nos canais de comunicação interna.

Governança e Integridade fortalecidas

A Governança e a Integridade são fortalecidas, ainda, pela atuação da Comissão de Ética do Serpro (CES) e da Ouvidoria. A CES funciona como instância consultiva dos empregados, agentes públicos e dirigentes, respondendo as dúvidas quanto à interpretação dos dispositivos previstos no regimento ético. Suas ações, alinhadas aos objetivos estratégicos, visam promover relações de trabalho mais saudáveis, favorecendo o estabelecimento de relacionamentos interpessoais focados no respeito e no comprometimento de cada empregado.

Em 2023, a CES respondeu a 47 consultas, emitiu 18 pareceres referentes às consultas e pedidos de autorização para exercício de atividade privada, e atuou em 5 denúncias registradas no Sistema FalaBR.

Com igual importância, a Ouvidoria do Serpro promove a participação, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários dos serviços da Empresa. Como instância de Integridade, é responsável pelo Canal de Denúncia, que gerencia o recebimento e tratamento de denúncia de irregularidades.

Destaca-se que, em 2023, a instância encaminhou mais de 20 propostas de aperfeiçoamento na prestação de serviços e processos às unidades de gestão, realizou a revisão de mais 9 serviços da Carta de Serviços aos Usuários, divulgada no Portal Gov.br e zelou pela transparência da Empresa, por meio do Portal da Transparência e Governança do Serpro, premiado com o Selo Diamante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Destques de Ações e Resultados

Inovação

Em 2023, o Serpro *Ventures* destacou-se como um motor de inovação e desenvolvimento tecnológico, abordando cinco dimensões críticas para impulsionar a transformação digital e a eficiência operacional: novos produtos; pesquisa e desenvolvimento; inovação interna; parcerias e fomento; e aproximação com mercado e comunidades.

O Serpro reforçou o compromisso com a inovação, a excelência operacional e a transformação digital do setor público brasileiro com a definição de metas estratégicas, com destaques para os investimentos realizados tanto em inovação disruptiva quanto incremental, além da alavancagem de vendas de produtos desenvolvidos no âmbito do Serpro *Ventures*, o que levou à superação da meta de receita operacional com iniciativas desse programa.

Ressalta-se, ainda, que o Serpro marcou presença significativa no ecossistema de inovação tecnológica ao *integrar o Cubo Itaú*, tornando-se a primeira instituição pública a fazer parte deste renomado *hub* de inovação vinculado ao Banco Itaú. Através do programa Serpro *Booster*, a parceria oferece *vouchers* para serviços do Serpro e cooperação técnica para inovação aberta, beneficiando tanto as *startups* do Cubo com possibilidades de escala e validação comercial quanto o Serpro, que pode absorver e implementar soluções inovadoras geradas no ambiente do Cubo.

Inteligência Artificial

Os avanços da Inteligência Artificial (IA) vêm despertando o interesse e a curiosidade de diversas pessoas e organizações no mundo inteiro. Como Empresa de TI, o Serpro está atento ao desenvolvimento de tecnologias emergentes e se estrutura para disciplinar seu uso em soluções internas e que atendem a demandas de clientes e da sociedade de maneira a obter a melhor aplicação dessas tecnologias.

Assim, o projeto de Governança de Inteligência Artificial do Serpro (GovIA) foi criado, em fevereiro de 2023, com o objetivo principal de construir o arcabouço estruturante de Governança para IA, de modo a incorporar os aspectos éticos, de segurança, transparência e responsabilidade.

Em 2023, a Empresa dedicou esforços de mapeamento de riscos relacionados ao tema e iniciou a elaboração de normativos que direcionam sobre a Governança de IA. Um exemplo de aplicação da tecnologia diz respeito às provas de vida com *liveness* passivo, uma solução que utiliza inteligência artificial para determinar se o usuário está vivo ou se o que foi apresentado ao sistema é a reprodução de uma imagem, vídeo ou o uso de máscara. Essa tecnologia traz maior confiabilidade em processos críticos, que envolvem autenticação ou trâmites sensíveis, combatendo fraudes e proporcionando maior segurança aos fluxos de negócio. Atualmente, a solução encontra-se 100% funcional e é utilizada em sistemas de extrema relevância, como o Gov.Br.

Projeto Estratégico Ser ESG

Em atenção à Agenda ESG, o Serpro construiu um histórico de destaque em iniciativas que denotam responsabilidade em relação às pessoas que trabalham na Empresa, à sociedade, ao meio ambiente e à sua governança, e, nos últimos exercícios, empreendeu esforços para avançar ainda mais nessa pauta. A construção das premissas ESG foi elaborada com base na Agenda Global ESG, a Agenda de Governo, as capacidades Serpro e os maiores impactos da Empresa nas perspectivas Social e Ambiental.

Figura 5: Construção das premissas ESG



A partir das premissas elencadas, foi construído o posicionamento ESG do Serpro, com atenção às seguintes causas: soluções tecnológicas sustentáveis e responsáveis, inclusão digital, mulheres na tecnologia, bem-estar no trabalho, TI verde, integridade e cultura ESG. Nesse contexto, o Projeto Estratégico Ser ESG foi instituído em 2023 com o objetivo de possibilitar ao Serpro:

- ser uma Empresa diversa e inclusiva, de impacto social positivo;
- ser referência nacional em inclusão digital e de TI responsável em relação aos impactos sociais de suas soluções;
- ser a melhor empresa pública para se trabalhar no segmento de TI e reconhecida como uma Empresa de cultura de inovação;
- ser uma Empresa que preza por ter uma cadeia de fornecedores socialmente responsáveis e que gera impacto social externo a partir de ações sociais internas;
- disponibilizar modelo de eficiência energética e suas tecnologias e aumentar a transparência ativa sobre o tema ESG;
- possuir influência na cadeia de valor – pensamento sustentável; e
- alcançar o nível 3 de maturidade na norma ABNT PR 2030 até 2024 e o nível 5 até 2030.

O projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico por meio do "OE1 – Fortalecer a marca Serpro" e da "ME1.3 – Aumentar em 5% o Índice de Crescimento Sustentável". É apoiado pelo Comitê ESG do Serpro (COESG), uma instância consultiva e propositiva que auxilia na construção da agenda corporativa de sustentabilidade e das diretrizes e princípios a serem observados nos pilares ambiental, social e de governança, sendo estruturado em quatro eixos temáticos, conduzidos por membros com domínio e atuação no assunto, e que são profissionais de diferentes áreas da Empresa.

Figura 6: Eixos temáticos ESG



Assim, o projeto coordena uma série de ações executadas nas áreas de gestão, em favor das causas ESG priorizadas e observados os eixos temáticos de atuação.

Gestão de Pessoas

Interagir bem com os seus públicos, inclusive o interno, é essencial para o Serpro. O respeito e o investimento nas pessoas é o que permite à Empresa avançar na direção de seu propósito e alcançar resultados que trazem benefícios relevantes ao Estado e à sociedade.

Para que o Serpro mantenha o atendimento aos princípios e pressupostos de defesa aos direitos humanos do seu corpo profissional, é fundamental investir continuamente no aperfeiçoamento das práticas de gestão e de desenvolvimento de pessoas, no sentido de atender às necessidades dos profissionais, das equipes, das lideranças e do Serpro, como empresa estatal de TI.

Perfil e distribuição do quadro profissional

O Serpro encerrou 2023 com 6.982 empregados*, uma redução de cerca de 8% em relação ao ano anterior. A maioria dos empregados ocupa o cargo de Analista (50%), possui nível superior completo (69%) e compõe o Quadro Interno (78%).

A admissão de empregados no quadro de pessoal do Serpro se dá mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a legislação pertinente e as normas específicas internas. Dessa maneira, não há mecanismos de garantia de equidade nas contratações e se percebe um maior número de empregados do gênero masculino.



Com relação à distribuição da força de trabalho entre as localidades em que o Serpro possui representação Regional, verifica-se maior concentração de profissionais nas Regionais Rio de Janeiro e São Paulo, seguidas da Sede e Regional Brasília. E ainda, dos integrantes do Quadro Interno, a maioria está lotada em áreas finalísticas da Empresa (77%). As distribuições por raça/cor e faixa etária são expostas adiante.

Quadro 2: Distribuição dos empregados por raça/cor

Raça/cor	Quantidade
Branca	4.895
Parda/Preta	1.934
Amarela	136
Indígena	17
Total	6.982

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoas (SGP) (2023).

Quadro 3: Distribuição dos empregados por faixa etária

Faixa etária	Quantidade
25 - 34 anos	73
35 - 44 anos	1.875
45 - 54 anos	1.460
55 - 64 anos	2.276
65 - 74 anos	1.295
75 - 84 anos	3
Total	6.982

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoas (SGP) (2023).

Na sequência, informações de relevância em 2023 sobre gestão e desenvolvimento de pessoas.

Equidade de gênero

O Serpro lançou-se no desafio de atingir a paridade de gênero no corpo gerencial. A expectativa é atingir a meta até 2025, com um crescimento anual. Inicialmente, a representação feminina era de 29% no começo de 2023, projetando-se alcançar pelo menos 35% em 2024, e culminando em 50% até o final de 2025. Já em 2023, a Empresa observou um aumento no número de mulheres em posições de liderança, inclusive em cargos de maior hierarquia como superintendentes e assessores de nível II. Dos 940 ocupantes de funções gerenciais, 32% são mulheres.

Pesquisa com PcDs e Neurodivergentes

Uma pesquisa foi realizada com colegas Pessoas com Deficiência (PcDs) e neurodivergentes para identificar suas necessidades específicas e facilitar suas atividades laborais, garantindo um ambiente de trabalho mais inclusivo e acessível. Essa pesquisa é fundamental não apenas para mapear as necessidades, mas também para criar um espaço de escuta ativa, onde esses profissionais podem expor suas experiências e desafios no ambiente de trabalho.

Saúde, Bem-estar e Segurança no trabalho

O Serpro atua fortemente para manutenção da saúde, bem-estar e segurança de seus profissionais, extrapolando determinações legais e regulamentares. Em 2023, por sugestão dos empregados, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat) contemplou palestras e painel referentes ao tema assédio e seus impactos na saúde do trabalhador.

E ainda, em razão da importância dada ao seu corpo profissional, a Empresa oferece o Plano de Assistência à Saúde (PAS/ Serpro), um benefício que visa assegurar a assistência à saúde e o bem-estar físico, social e mental dos beneficiários, que teve como destaque a implementação do Programa de Atenção Primária à Saúde e do Programa de Atenção Domiciliar.

Gestão do Desempenho dos Empregados

Os planos de carreiras, a Política de Gestão de Pessoas e a Política de Educação estabelecem premissas, regras e procedimentos para progressão funcional, desenvolvimento profissional e remuneração de todos os empregados do Serpro, com o compromisso de ofertar oportunidades igualitárias de acesso e ascensão, sem distinção da situação familiar, gênero, idade e raça/cor.

O processo de Gestão do Desempenho foi realizado por meio de Avaliação e Competências e de Resultados, tendo como objetivos principais orientar o desenvolvimento dos empregados e contribuir para o alcance de resultados alinhados ao Planejamento Estratégico da Empresa. Os resultados do desempenho foram utilizados para promoção dos empregados e, em 2024, o processo passará por reformulação, para aplicação de novas metodologias.

Educação Corporativa

Os principais objetivos da Educação Corporativa em 2023 foram a promoção, disseminação e manutenção da evolução e aprendizagem contínuas, a fim de possibilitar o desenvolvimento dos empregados e o crescimento da Empresa, de forma alinhada à Estratégia Empresarial.

Mais de 20 programas, projetos e iniciativas, englobando o desenvolvimento de competências comportamentais e técnicas, necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos.



Concurso Público

Em 2023, o Serpro realizou Concurso Público para o preenchimento de 602 vagas para o cargo de Analista, com Especialização em Tecnologia. Essa especialização unificou cinco especializações existentes no Plano de Gestão de Carreiras do Serpro (PGCS): Administração de Serviços de Tecnologia da Informação, Desenvolvimento de Sistemas, Negócios em Tecnologia da Informação, Redes e Suporte Técnico.

Das 602 vagas ofertadas, 20% destinaram-se a PcDs, significando a adoção da maior faixa percentual prevista na legislação para esse público. O mesmo percentual foi destinado para candidatos negros.

O Serpro deu início à convocação dos primeiros 200 classificados do concurso público em 2023, com a previsão de que iniciem suas atividades em janeiro de 2024.

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A Superintendência de Controladoria do Serpro (SUPCO), vinculada à Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF), é responsável pela geração e análise do desempenho econômico, financeiro, tributário, orçamentário e de custos, atua na gestão dos riscos de seus processos e se empenha na adoção de mecanismos de controle que proporcionem confiabilidade ao processo de coleta, mensuração, classificação, registro e divulgação de eventos e transações.

As demonstrações financeiras são elaboradas pela Diretoria Executiva, apoiada pelas áreas de Controladoria e de Auditoria Interna, e são avaliadas periodicamente pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Independente, que exerce papel fundamental para assegurar credibilidade, transparência e confiabilidade às informações financeiras da Empresa.

Em relação aos controles internos, o Serpro adota a segregação de funções, a conciliação das contas e a dupla conferência das atividades executadas. Assim, o grau de controle é satisfatório e as divergências são tratadas tempestivamente, sendo a eficiência dos controles internos em uso no processo de contas avaliado pela Auditoria Interna.

De acordo com o Relatório dos Auditores Independentes (RAI), as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Não foram incluídos os Diretores e sete Assessores de natureza especial.



Conformidade Legal das Informações Financeiras

Aplicam-se ao Serpro, empresa pública de Direito Privado e qualificado como empresa de grande porte, com base na Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e na Lei nº 13.303/2016, as disposições da Lei nº 6.404/1976 e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente. Assim, as informações financeiras são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Tatcca Auditores Independentes, desde o exercício 2022, é a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente ao Serpro, com contrato prorrogável até as demonstrações do exercício de 2026. Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Auditoria supervisiona as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa.

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes podem ser encontradas na sua integralidade nos endereços:

<https://www.transparencia.serpro.gov.br/aceso-a-informacao/contas-aneais>
<https://www.transparencia.serpro.gov.br/aceso-a-informacao/demonstracoes-financeiras>

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o Serpro completa o 7º ano consecutivo de retomada na geração de lucro e caixa operacional, fortalecendo a continuidade e perenidade da Empresa, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros adversos.

Durante o exercício 2023 ocorreram alguns fatos relevantes e não recorrentes que merecem destaque: (i) Aplicação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) com adesão de 382 empregados com impacto financeiro de R\$ 41,6 milhões; (ii) Baixa de Provisão Tributária devido a reversão parcial do valor de devolução a clientes dos benefícios da imunidade tributária de PIS-PASEP/COFINS e ISS na ordem de R\$ 160 milhões, em função da revisão da metodologia de reconhecimento da provisão administrativa; e (iii) Reclassificação das Medidas Compensatórias, que são os valores pagos pela utilização da base de dados de alguns clientes para prestação de serviços por parte do Serpro. Ao longo do exercício foi estabelecida conta contábil própria para o reconhecimento destes valores como gasto operacional da Empresa, tendo em vista que, até então, eram reconhecidos parte como deduções de vendas e parte como despesa financeira. Este movimento afetou o Resultado Operacional da Empresa, bem como o Resultado Financeiro devido a realocação dos valores, no entanto, o Resultado Líquido ao final do período não foi impactado.

A Receita Bruta obtida em 2023 foi de R\$ 3.805,3 milhões, sendo 5,1% (R\$ 184,7 milhões) superior ao resultado obtido no mesmo período do exercício anterior (R\$ 3.620,6 milhões). O mercado "Privado" se destacou na carteira de clientes, apresentando crescimento na ordem de R\$ 113,7 milhões (+20,2%). Vale destacar que o mercado não OGU (+32,2%, sendo R\$ 30,9 milhões) e o mercado OGU (+1,4%, representando R\$ 40,1 milhões) também apresentaram evolução no período em análise, colaborando efetivamente para a evolução da receita.

No tocante aos gastos totais, observou-se aumento de 15,5% (R\$ 380,3 milhões) frente ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os subgrupos:

Pessoal: crescimento de 12,5%, R\$ 222,1 milhões, ocasionado por: (i) eventos funcionais (Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, anuênio, promoção); (ii) realização do PDV (R\$ 41,6 milhões); (iii) aplicação de ganho real de 1% no ACT de 2023/2024; (iv) acréscimo decorrente do reconhecimento de custo corrente do Plano de Saúde – PAS em cerca de 9,5%; (v) reconhecimento de impacto atuarial R\$ 47,1 milhões no PAS/Serpro; e (vi) aumento na contribuição ao Serpro de R\$ 8,9 milhões devido ao aumento da contribuição dos empregados (ACT e eventos funcionais).

Depreciação e Amortização: crescimento de 28,5%, R\$ 42,1 milhões devido ao nível de ativação de equipamentos para a atualização do parque tecnológico.

Custeio: redução de 1,26%, R\$ 5,5 milhões, devido a: (i) redução do consumo de energia elétrica; (ii) revisão de contratos; (iii) ações do Programa de Otimização de Gastos (POG) e (iv) atuação do Comitê de Orçamento e Contratos.

Medidas Compensatórias: crescimento de 28,3%, equivalente a R\$ 42,9 milhões, devido ao reconhecimento de valores oriundos da utilização da base de clientes do MGI e RFB.

Resultado com Ações Judiciais: aumento da despesa em R\$ 72,9 milhões, devido sobretudo à (i) reversão ocorrida em 2022 (R\$ 72 milhões) fruto da revisão do processo de mensuração do passivo judicial; (ii) entrada de processos oriundos dos anistiados; e (iii) atualização monetária dos processos com risco de desembolso provável.

Em contrapartida, a conta de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), apresentou redução de R\$ 10,9 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido a redução das perdas incorridas e estimadas, fruto da intensificação do processo de cobrança e redução da inadimplência de clientes.

Houve reversão parcial do crédito tributário de PIS, COFINS e ISS imunidade tributária, de R\$ 137 milhões, em função da revisão da metodologia de reconhecimento da provisão para devolução a clientes.

O comparativo dos resultados nos principais indicadores financeiros e empresariais dos 2 últimos períodos será demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4: Resultados nos principais indicadores financeiros e empresariais

Indicadores		2023	2022	Variação 2023 x 2022
DRE	Lucro Líquido *	450,8	559,7	- 19,5%
	Receita Líquida *	3.215,0	3.000,6	7,1%
	Gasto Total *	2.834,6	2.454,31	15,5%
Desempenho	Margem Líquida (1)	14,0%	18,6%	- 4,6 p.p.
	Margem EBITDA (2)	17,7%	23,1%	- 5,4 p.p.
	Investimento / Receita Líquida (3)	6,0%	12,3%	- 6,3 p.p.
	Retorno Sobre Investimento - ROI (4)	9,4%	14,3%	- 4,9 p.p.
	Índice de Eficiência Operacional (5)	88,2%	81,8%	+ 6,4 p.p.
	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (6)	22,8%	28,4%	- 5,6 p.p.
Balanço	Total de Ativos *	4.797,2	4.811,9	- 0,3%
	Caixa e Equivalentes de Caixa *	1.975,2	1.860,7	6,2%
	Patrimônio Líquido *	1.936,2	2.017,5	- 4,0%
	Total do Passivo *	2.861,0	2.794,5	0,2%
	Liquidez Corrente (7)	2,7	2,5	+ 0,2 p.p.
Pessoal	Liquidez Imediata (8)	1,9	1,7	+ 0,2 p.p.
	Quantidade de empregados**	5.458	5.655	- 197
	Receita per capita	589,1	530,6	11%
	Gasto com pessoal*	2.001,8	1.779,7	12,5%
Gasto com pessoal / Receita Líquida		62,3%	59,3%	+ 3,0 p.p.

*Valores expressos em milhões de Reais.

** Considera o quadro interno e os sete Assessores de Natureza Especial.

Fonte: Serpro (2023).

(1) Margem Líquida: em 2023 foi registrado redução de 4,6 p.p. em comparação ao exercício anterior. Esse indicador representa o lucro líquido do serviço prestado pela Empresa; ou seja, em 2023 o Serpro obteve 14,0% de lucro líquido para cada real de serviço prestado após a dedução de todos os gastos, inclusive os tributos vinculados a receita e ao resultado.

(2) Margem EBITDA: apresentou redução de 5,4 p.p., saindo de 23,1% no exercício 2022 para 17,7% em 2023, refletindo a queda no lucro oriundo das atividades operacionais, justificada pela reclassificação das medidas compensatórias (utilização da base de dados de clientes para prestação de serviços) que anteriormente estavam classificadas como despesas financeiras e em 2023 passaram a ser classificadas como custos de serviços prestados.

(3) Investimento / Receita Líquida: reduziu em 6,3 p.p., saindo de 12,3% em 2022 para 6,0% em 2023, o que demonstra que o Serpro destinou parcela menor da receita líquida de vendas para aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações).

(4) Retorno sobre Investimento (ROI): retração de 4,9 p.p., saindo de 14,3% em 2022 para 9,4% em 2023. A redução do indicador deve-se a queda de 6,4 p.p. na margem bruta, derivada do aumento nas despesas operacionais, proporcionalmente superior ao aumento da receita com prestação de serviço.

(5) Índice de Eficiência Operacional: incremento de 6,4 p.p., saindo de 81,8% em 2022 para 88,2% em 2023. Esse crescimento é oriundo do aumento dos gastos operacionais (+14,7%) em proporção maior do que o aumento da receita operacional líquida (+7,1%). Vale mencionar que esse indicador tem como interpretação "quanto menor, melhor".

(6) Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido: reduziu 5,6 p.p., saindo de 28,4% em 2022 para 22,8% em 2023, em função do decréscimo do lucro líquido em 19,5% maior que o apurado no patrimônio líquido em 4,0%, resultante da geração de lucro em 2023.

(7) Liquidez Corrente: crescimento de 0,2 p.p., saindo de 2,5 em 2022 para 2,7 em 2023. O indicador apresentou crescimento uma vez que o Ativo Circulante teve uma menor redução quando comparado ao Passivo Circulante, respectivamente, os índices de redução foram: -0,3% versus -8,1%.

(8) Liquidez Imediata: aumento de 0,2 p.p. saindo de 1,7 em 2022 para 1,9 em 2023. Essa variação é decorrente da redução de 8,1% do Passivo Circulante face ao aumento de 6,2% em caixa e equivalentes.

Quadro 5: Resultados econômico-financeiros (sem eventos não recorrentes) – 2023 x 2022

Indicadores		2023	2022	Variação 2023 x 2022
DRE	Receita Líquida *	3.215,0	3.000,6	7,1%
	Gasto Total Ajustado *	2.887,5	2.522,9	14,4%
	(+) Verbas indenizatórias PDV	41,6	0,0	- 4,7 p.p.
	(-) Reversão Passivo Judicial	0	- 72,2	- 5,4 p.p.
	(-) Venda Imóveis	0	- 27,0	- 6,3 p.p.
	(-) Programa de Eficiência Energética	0	- 1,9	- 4,9 p.p.
	(+) Constituição Provisão PIS/COFINS (Regra anterior)	40,8	26,7	+ 7,9 p.p.
	(+) Constituição Provisão ISS (Regra anterior)	6,1	5,8	- 5,6 p.p.
	(-) Reversão Provisão Tributária PIS COFINS	- 134,4	-	- 0,3%
	(-) Medidas Compensatórias	18,5	-	6,2%
Desempenho	(-) Reversão Provisão Tributária ISS	- 25,5	-	- 4,0%
	Margem Líquida Ajustada	14,6%	16,8%	- 2,2 p.p.
	Margem Ebitda Ajustada	16,1%	20,8%	- 4,7 p.p.
Índice de Eficiência Operacional		89,8%	84,1%	+ 5,7 p.p.

*Valores expressos em milhões de Reais.

Fonte: Serpro (2023).

Ao desconsiderar o impacto de eventos não recorrentes, o lucro líquido seria de R\$ 469,3 milhões, ou seja, 4,1% maior que o apurado considerando todos os eventos. Isso demonstra que a Empresa apresentou melhoria consistente, potencializando o resultado operacional por meio da estratégia de diversificação da carteira e otimização de gastos que já refletem impactos positivos no ano corrente. Em função disso, percebe-se melhoria em quase todos os indicadores econômico-financeiros, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1: Indicadores econômico-financeiros



*Em milhões de Reais

Fonte: Serpro (2023).

Execução Financeira

Do ponto de vista financeiro, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa registrou aumento de 6,2%, mesmo com o pagamento de dividendos em torno de R\$ 486,6 milhões, saindo de R\$ 1.860,7 milhões em 2022 para R\$ 1.975,2 milhões em 2023, devido sobretudo à geração de lucro operacional e à performance de recebimento satisfatória no período, apresentando um índice de 96,6% de recebimento das faturas que foram emitidas em 2023.

Gráfico 2: Evolução de Caixa e Equivalentes de Caixa

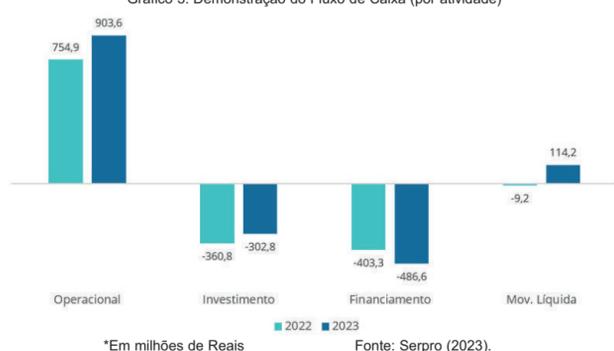


*Em milhões de Reais

Fonte: Serpro (2023).

No Gráfico abaixo, fica evidenciada a geração de caixa operacional em 2023, que foi capaz de suportar os desembolsos necessários com investimento de R\$ 302,8 milhões, assim como o pagamento de dividendos (R\$ 486,6 milhões) ao acionista (Secretaria do Tesouro Nacional), sem a necessidade de aportes e muito menos consumir a reserva de caixa formada até o início do exercício corrente. Isto comprova que em 2023, o Serpro não só foi capaz de gerar lucratividade e bons resultados sob a perspectiva econômica, mas também logrou êxito em transformar o lucro em entrada de caixa efetivamente, garantindo a capacidade financeira para a continuidade das atividades operacionais.

Gráfico 3: Demonstração do Fluxo de Caixa (por atividade)



*Em milhões de Reais

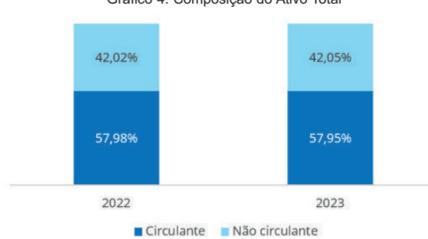
Fonte: Serpro (2023).

A importância da manutenção de capacidade financeira, também é evidenciada pelos índices de liquidez corrente e imediata. O primeiro alcançou o patamar de 2,7 em 2023, demonstrando que as disponibilidades de recursos de curto prazo são suficientes para cobrir todas as obrigações do mesmo período; da mesma forma, fica evidenciada a manutenção da boa performance de liquidez empresarial de curtíssimo prazo, com liquidez imediata de 1,9.

Balanço Patrimonial

Em relação ao Balanço Patrimonial, o Ativo total da Empresa apresentou redução de -0,3%, equivalentes a -R\$ 14,7 milhões em relação ao exercício anterior, saindo de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 4,8 bilhões. Com relação a composição do balanço patrimonial, temos:

Gráfico 4: Composição do Ativo Total



Fonte: Serpro (2023).

Quanto a representatividade, o Ativo Circulante apresentou variação negativa de -0,03 p.p., saindo de 57,95% em 2022 para 57,98% em 2023, em consequência, o Ativo Não Circulante, se manteve estável, com uma variação positiva de 0,03 p.p. com sua representatividade no Ativo Total da empresa em 42,05% em 2023, em função do aumento do imobilizado (bens imóveis - hardware) e do intangível quando comparado ao ano anterior.

Com relação ao Passivo Total, temos a seguinte composição:

Gráfico 5: Composição do Passivo Total



Fonte: Serpro (2023).

Quanto a composição do Passivo, apurou-se: (i) queda da representatividade do passivo circulante em 1,9 p.p. saindo de 23,1% em 2022 para 21,2% em 2023, (ii) acréscimo de 3,4 p.p. no passivo não circulante, sendo 35,0% em 2022 e 38,4% em 2023 devido sobretudo ao crescimento de R\$ 219,5 milhões na conta de plano de previdência complementar por reconhecimento de passivo atuarial, (iii) por último, uma variação negativa na representatividade do Patrimônio Líquido de 1,5 p.p., saindo de 41,9% em 2022 para 40,4% em 2023.

Indicadores e Metas

O Serpro performou de forma satisfatória no atingimento das metas econômico-financeiras constantes no Planejamento Estratégico do ano corrente, superando a meta do POG em 11,7% e atingindo 91,4% da meta do Lucro Econômico, esses resultados devem-se à melhoria da gestão dos recursos, geração de lucro operacional, gestão de caixa e otimização dos gastos.

Com relação as metas das dimensões de Governança e Econômico-financeiro, a Empresa superou a maioria das metas definidas para o exercício 2023. A única meta que não foi atingida foi a margem Ebitda, ficando abaixo para o período em 0,70 p.p., justificada pela reclassificação das medidas compensatórias (utilização da base de dados de clientes para prestação de serviços) que anteriormente estavam classificadas como despesas financeiras e em 2023 passaram a ser classificadas como custos de serviços prestados.

O Quadro 6 apresenta as metas econômico-financeiras acompanhadas durante o exercício 2023:

Quadro 6: Indicadores – comparativo meta 2023 x realizado 2023

Dimensão	Indicador	Sinal	Meta 2023	Realizado 2023	Meta atingida
Planejamento Estratégico	Lucro Econômico	+	2,33%	2,13%	Não
	POG (1)	+	70,00	78,20	Sim
Governança	Margem Líquida	+	12,66%	14,0%	Sim
	Índice de Caixa Mínimo	+	3,00	6,69	Sim
	Margem EBITDA	+	18,44%	17,74%	Não
	Índice de Eficiência Operacional	-	88,68%	88,17%	Sim
Econômico-financeiro	Produtividade per capita (2)	+	59.695,00	69.694,87	Sim
	Liquidez Corrente	+	2,52	2,73	Sim
	Liquidez Imediata	+	1,68	1,94	Sim

(1) Valores expressos em milhões de Reais

(2) Valores expressos em mil de Reais

Fonte: Serpro (2023).

Gestão orçamentária e financeira

O orçamento do Serpro segue as diretrizes e determinações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), que estabelece o Programa de Dispêndios Globais (PDG) como ferramenta de gestão e controle orçamentário das Empresas Estatais Federais. Neste sentido, as informações apresentadas a seguir observam as premissas e o plano de contas do PDG.

Todos os processos orçamentários e financeiros da Serpro são rotineiramente acompanhados por sua Auditoria Interna, pelo Comitê de Auditoria (COAUD) e pelo Conselho Fiscal, além de sua Auditoria Independente e dos Órgãos de Controle (Controladoria-Geral da União – CGU e TCU).

O orçamento da Empresa foi definido pelo Decreto nº 11.288, de 16 de dezembro de 2022, que aprovou o PDG 2023, fixando os gastos para o exercício de 2023 inicialmente no montante de R\$ 4.118 milhões, sendo R\$ 3.697 milhões em despesas correntes e R\$ 421 milhões em despesas de capital, tendo como composição dividendos, juros sobre o capital próprio (JCP) e investimentos (intangíveis e imobilizados). A dotação consolidada para o Orçamento de Investimentos imobilizados (bens, hardware e obras) foi aprovada para o exercício 2023 pela Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 14.535 de 17 de janeiro de 2023, no montante de R\$ 338 milhões.

No Grupo de Despesas de Capital, está presente a rubrica de dividendos, JCP e investimentos no ativo imobilizado e intangível. Assim a dotação consolidada, estabeleceu o montante inicial de R\$ 421 milhões, sendo R\$ 18 milhões em dividendos, R\$ 338 milhões nos ativos imobilizados (bens, hardware e obras), aprovada para o exercício 2023 pela Lei Orçamentária nº 14.535/2023 e R\$ 65 milhões para os ativos intangíveis (software).

Ao longo do ano de 2023 foi realizado uma reprogramação, esta foi analisada e aprovada pela Sest por meio da Portaria nº 3.880, de 20 de julho de 2023, que estabeleceu novos limites de PDG, com um acréscimo de 6,1% no total de gastos, decorrente, principalmente, pelos impactos provenientes do ACT 2021/2022, concurso público, atingimento de metas e ações em inovação, novos clientes, diversificação da carteira e aumento de repasse dos dividendos diante da necessidade de adequação do valor frente a expectativa de geração de lucro em 2023.

Assim, o orçamento da Empresa com as suas atualizações incluindo a movimentação de recursos orçamentários, via remanejamento realizado em novembro de 2023, totalizou o montante de R\$ 4.369 milhões, sendo R\$ 3.845 milhões em Dispêndios Correntes, contemplando os gastos com pessoal, custeio e impostos e R\$ 524 milhões em Dispêndios de Capital, incluindo as rubricas de dividendos e investimentos em imobilizados e intangíveis.

O gráfico abaixo demonstra a composição do orçamento de despesas correntes e de capital, considerando a dotação orçamentária inicial e atualizada após a reprogramação e remanejamento.



*Em milhões de Reais Fonte: ERP Web Manager (2023).

No quadro abaixo, apresentamos, de forma detalhada, os Grupos Orçamentários em Corrente e de Capital, classificando-os por natureza das despesas, com o objetivo de demonstrar os valores aprovados com sua atualização mediante a reprogramação e remanejamento frente ao realizado.

Na demonstração de resultado orçamentário do exercício, observa-se que a execução das despesas operacionais totalizou o montante de R\$ 3.765 milhões, ou seja, 97,93% em relação ao limite aprovado para o exercício (despesas correntes e de capital).

Os maiores impactos no resultado são provenientes das despesas com a rubrica de pessoal, incluindo encargos sociais e benefícios, com uma realização de R\$ 2.274 milhões, que equivale a 60,40% do valor executado para Despesas Correntes.

Quadro 7: Grupos orçamentários

Contas	2023		Variação (%)
	Aprovado (R\$) Considerado o valor da reprogramação/remanejamento	Realizado (R\$)	
Dispêndios de capital	524.186.671	303.133.483	57,83%
Investimentos	403.416.611	192.988.008	47,84%
- Imobilizado	338.416.611	181.492.684	53,63%
- Intangível	65.000.000	11.495.324	17,69%
Perdas na alienação de Valores e Bens	0	3.086.777	-
Distribuição de lucros aos acionistas	120.770.060	107.058.698	88,65%
Dispêndios correntes	3.844.638.482	3.765.021.039	97,93%
Despesas de pessoal	2.511.176.891	2.274.248.666	90,57%
Materiais e produtos	15.456.000	9.237.782	59,77%
Serviços de terceiros	259.517.852	415.287.011	160,02%
Tributos	552.204.023	737.822.922	133,61%
Despesas financeiras	206.778.815	70.076.994	33,89%
Outras despesas correntes	299.504.901	258.347.664	86,26%
Total	4.368.825.153	4.068.154.522	93,12%

Fonte: ERP Web Manager (2023).

No exercício de 2023, após ajuste na programação inicial e movimentação de recursos entre classificações orçamentárias, mediante autorização, por meio de reprogramação e remanejamento, observa-se uma variação positiva da ordem de 0,79%, em relação à execução do ano passado. Essa redução deveu-se sobretudo a menor realização no grupo despesas de capital, conforme detalhamento no quadro abaixo:

Quadro 8: Realização orçamentária – comparativo 2022 x 2023

Contas	2022 (R\$)		2023 (R\$)		Variação (%)
	Realizado	Aprovado	Realizado	Aprovado	
Dispêndios de capital	841.986.862	841.986.862	303.133.483	524.186.671	- 64,00%
Investimentos	368.294.476	368.294.476	192.988.008	403.416.611	- 47,60%
- Imobilizado	329.599.331	329.599.331	181.492.684	338.416.611	- 44,94%
- Intangível	38.695.145	38.695.145	11.495.324	65.000.000	- 70,29%
Perdas na alienação de Valores e Bens	0	0	3.086.777	0	-
Distribuição de lucros aos acionistas	473.692.386	473.692.386	107.058.698	120.770.060	- 77,40%
Dispêndios correntes	3.194.187.963	3.194.187.963	3.765.021.039	3.844.638.482	17,87%
Despesas de pessoal	2.100.891.536	2.100.891.536	2.274.248.666	2.511.176.891	8,25%
Materiais e produtos	11.623.152	11.623.152	9.237.782	15.456.000	- 20,52%
Serviços de terceiros	284.302.710	284.302.710	415.287.011	259.517.852	46,07%
Tributos	452.596.123	452.596.123	737.822.922	552.204.023	63,02%
Despesas financeiras	131.816.347	131.816.347	70.076.994	206.778.815	- 46,84%
Outras despesas correntes	212.958.095	212.958.095	258.347.664	299.504.901	21,31%
Total	4.036.174.825	4.036.174.825	4.068.154.522	4.368.825.153	0,79%

Fonte: ERP Web Manager (2023).

Dispêndios de Capital

A despesa de capital autorizada para o exercício de 2023 é representada pela distribuição de lucro aos acionistas e investimentos, sendo este composto por aquisição de TI (*hardware e software*), aquisição de bens e contratação de serviços de obras.

Investimentos

Importa destacar o decréscimo de 47,60% da execução orçamentária de investimentos em relação ao exercício anterior.

O baixo volume de recursos realizados se deu por diversas dificuldades internas de execução que consumiram prazos maiores dos que os esperados.

Além disso como foi um período de transição de gestão, muitos processos tiveram seus prazos dilatados em razão da necessidade de entendimento, reprogramação e atualização para aprovação pela nova Gestão.

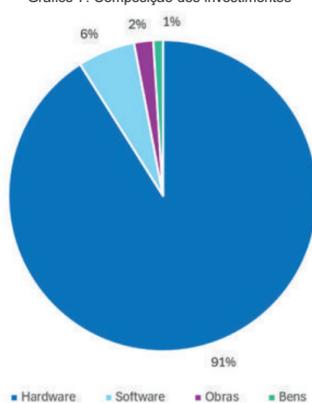
Os principais investimentos, referem-se, basicamente, às seguintes aquisições:

- Segmento de TI (*Hardware e Software*) no valor de aproximadamente R\$ 187 milhões. Dentre as aquisições de TI, seguem as mais relevantes: Crescimento mainframe, Armazenamento, Rede SAN, Solução de Armazenamento de Objetos, *Faciliteis* Centro de Dados, Centro de Dados Modular SP e Atualização da rede *Wireless*.
- No segmento de Administração e Logístico (Bens e Obras), destaca-se a modernização e melhoria de sistemas elétricos e sistemas de climatização das instalações da Empresa, aquisição de novos mobiliários e bens necessários à operação das Regionais, bem como ajustes a reforma das instalações da Regional Brasília, melhoria no sistema de climatização e da parte que foi planejada das adequações de piso, forro, iluminação, recepção, banheiros, copas e áreas de circulação.

Observa-se a continuidade da trajetória de redução da obsolescência, resultado dos substanciais investimentos realizados, especialmente nos anos de 2021 e 2022.

O gráfico abaixo demonstra a composição dos investimentos realizados nas iniciativas de inovação, na melhoria da eficiência operacional, na garantia dos níveis de serviço e principalmente na qualidade dos serviços ofertados à sociedade brasileira, bem como adequações dos ambientes produtivos e da infraestrutura, aderente ao novo modelo operacional da Empresa.

Gráfico 7: Composição dos investimentos



Fonte: ERP Web Manager (2023).

Distribuição de Lucros aos Acionistas

A realização orçamentária desta rubrica comparativamente ao exercício de 2022 apresentou uma redução percentual de 77,40%, decorrente da decisão da Administração do Serpro de distribuição de 25% do resultado mínimo obrigatório aos acionistas, frente a 100% distribuído no exercício anterior.

Dispêndios Correntes

Os dispêndios correntes tiveram um crescimento percentual de 17,87% em relação ao exercício de 2022. Esse resultado deveu-se principalmente a assinatura e aplicação de cláusulas econômicas firmadas por meio de ACT, inclusão das contas de medidas compensatórias para exploração de serviços e do impacto de Tributos.

Despesas de Pessoal

Compreendem as despesas com remuneração, encargos sociais, benefícios, desligamento pós emprego, demandas trabalhistas, treinamento, com empregados, membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria.

As despesas de pessoal em 2023 apresentaram um acréscimo percentual de 8,25% comparativamente ao exercício de 2022, resultante majoritariamente pela assinatura e aplicação de cláusulas econômicas firmadas por meio de ACT.

Materiais e Produtos

Compreendem as despesas com aquisição de outros materiais e produtos (consumo) e de Tecnologia da Informação (produção), a execução orçamentária comparativamente ao mesmo período de 2021, apresentou uma redução da ordem de 20,52%.

Serviços de Terceiros

Compreendem as despesas com Tecnologia da Informação, Consultoria, Auditoria, Vigilância e Segurança, Publicidade e Propaganda, bem como de outros serviços de Terceiros.

A realização orçamentária de 2023 apresentou um aumento percentual de 46,07% se comparada ao exercício anterior.

Para o exercício de 2023, a rubrica serviços de terceiros obteve uma realização de R\$ 415 milhões, correspondente a 160,02% do valor aprovado, com destaque para a Conta de Tecnologia da Informação que representa 25,59% do total realizado.

Este aumento se deve principalmente pelo ajuste via reclassificação de estrutura orçamentária de alguns contratos, bem como a reclassificação e inclusão das contas de medidas compensatórias para exploração de serviços.

Tributos

Compreendem as despesas com tributos sobre a venda de serviços, sobre o lucro e outros tributos.

A execução orçamentária desta rubrica, comparativamente ao mesmo período do exercício anterior, apresenta um acréscimo percentual de 63,02% decorrente do aumento dos tributos sobre venda de serviços e lucro e inclusão de contas de imunidade tributária.

Despesas Financeiras

Compreendem as despesas desconto concedido na venda de serviços, outras despesas financeiras e abatimento concedido na venda de serviços.

O grupo Despesas Financeiras apresenta uma redução percentual de 46,84%, quando comparado a 2022, principalmente devido à reclassificação da conta medidas compensatórias para prestação de serviços - deduções para outros serviços de terceiros.

Outras Despesas Correntes

Compreendem as despesas com serviços públicos (energia elétrica, telefone, água), alugueis, comunicações, processamento de dados, despesas de serviço do sistema financeiro, transporte, viagens, estagiários e aprendizes, multas, distribuição de lucros e resultados, entre outras.

A execução orçamentária do período, comparativamente ao mesmo período de 2022, apresenta um aumento da ordem de 21,31%, decorrente principalmente de reclassificação do grupo Serviços de Terceiros, conta Tecnologia da Informação, para o grupo Outras Despesas Correntes, conta Outras Despesas com Processamento de Dados.

Destaca-se a Conta Outras Despesas com Processamento de Dados - TI que representa 44,47% do total realizado (R\$ 258 milhões).

Gestão de Custos

O Serpro não utiliza o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC). Para a apuração dos gastos (custos e despesas), desde 2011, a Empresa utiliza metodologia do Custeio Baseado em Atividades (ABC), que fornece informações gerenciais adequadas ao Negócio e Operação da Empresa.

O Sistema de Custos coleta informações dos lançamentos contábeis diretamente no ERP. Em 2023 iniciou-se o processo para automatização desta coleta o que dará mais agilidade e assertividade na apuração das informações de custos.

Ainda em 2023 foi realizada melhoria no direcionamento das depreciações de equipamentos de Tecnologia da Informação (TI), cujo valor mensal individual seja superior a R\$ 10 mil por mês, com a identificação de cada item do patrimônio e seu direcionamento aos subprocessos que utilizam o equipamento. Também foi realizada melhoria no direcionamento dos contratos de passagens aéreas, com a identificação do viajante e direcionamento para os subprocessos que ele esteja alocado no mês.

Custos Realizados 2022 x 2023

Os dados a seguir apresentam o comparativo entre os valores realizados nos anos de 2022 e 2023 categorizados por tipo de processo. Nestes valores não são considerados os referentes ao Pessoal Serviço Externo (PSE).

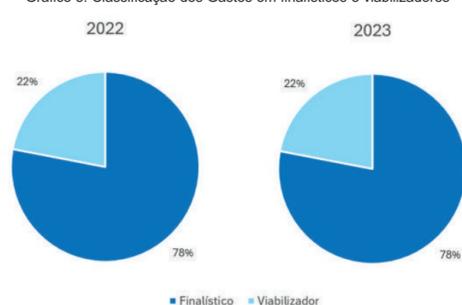
Quadro 9: Gastos por tipo de processo 2022 x 2023

Tipo de Processo	Realizado 2022 (R\$)	Realizado 2023 (R\$)
Finalístico	1.866.075.290	2.019.342.713
Viabilizador	511.310.056	561.236.621
Contratos Diretos e Gastos Corporativos	148.758.628	279.926.507
Total	2.526.143.973	2.860.505.841

Fonte: Sollus ABM (2023).

A distribuição dos gastos com "Contratos Diretos e Gastos Corporativos" apresentou crescimento em relação ao ano anterior decorrente de contratos de nuvem que tem evolução nos atestes e estão sendo direcionados diretamente para os códigos de serviços de clientes, e em função do reconhecimento de medidas compensatórias que também são direcionadas para códigos de serviços específicos de acordo com o uso. Houve aumento nos gastos com depreciação devido aos investimentos em renovação do parque instalado realizados no período.

Gráfico 8: Classificação dos Gastos em finalísticos e viabilizadores



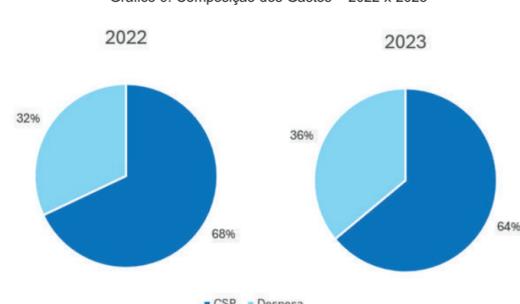
*Os percentuais acima desconSIDERAM os gastos de contratos diretos e corporativos, pois estes não são considerados como finalísticos ou viabilizadores.

Fonte: Sollus ABM (2023).

Composição do Gasto realizado em 2023

A classificação dos gastos em Custo dos Serviços Prestados (CSP) ou despesa ocorre mediante a classificação dos subprocessos. O Gráfico a seguir apresenta a composição dos gastos.

Gráfico 9: Composição dos Gastos – 2022 x 2023



Fonte: Sollus ABM (2023).

Em 2023 o Custo dos Serviços Prestados teve uma queda percentual em relação às despesas quando comparado ao realizado no ano de 2022. Dois fatores foram importantes para esta mudança na composição em custos e despesas:

1. Aumento do resultado com ações judiciais, que aumenta o valor das despesas, sendo que a diferença em relação a 2022 foi de aproximadamente R\$ 73 milhões. Importante destacar que em 2022, houve aplicação de nova metodologia no cálculo da provisão de ações judiciais, que gerou reversão naquele período da ordem de R\$ 72 milhões, fato não observado em 2023, dada a característica de não recorrência do evento. Além disso, a entrada e a majoração de novos processos trabalhistas mantiveram relevante o impacto da rubrica no resultado empresarial;
2. Aumento dos créditos tributários, que reduzem o valor do CSP, sendo a diferença de 2022 para 2023, de aproximadamente R\$ 141 milhões, decorrente, sobretudo, de mudança na apuração de valores a devolver a clientes relativos aos benefícios da imunidade tributária sobre ISS e PIS-PASEP/COFINS sobre receita, que gerou reversão na ordem de R\$ 138 milhões de valores constituídos desde 2019.

Programa de Otimização de Gastos

O POG teve seu terceiro ciclo de monitoramento em 2023. Nesse exercício, a meta de economia estabelecida foi de R\$ 70 milhões. O resultado medido foi de R\$ 78,2 milhões. As principais ações que contribuíram para esse ciclo foram: Renegociação de contratos; Acordos judiciais; Revisão de cálculos periciais; e Programa de demissão voluntária.

Perspectivas

A Tecnologia da Informação evolui rapidamente e a Transformação Digital está moldando os negócios. Cada vez mais as empresas adotam tecnologias emergentes, como inteligência artificial, *blockchain* e internet das coisas, encontrando no Serpro o parceiro para impulsionar a inovação.

Por outro lado, disponibilizar serviços públicos para a população de forma ágil e simplificada não é uma tarefa fácil, especialmente considerando os diversos contextos orçamentários e de infraestrutura de cada esfera de Governo. Para lidar com esse cenário com tranquilidade e democratizar o acesso dos serviços ao cidadão, o Serpro, especialista no desenvolvimento de soluções digitais, disponibiliza tecnologias que modernizam e facilitam a gestão pública.

É neste contexto, que a Empresa reafirma seu compromisso de fortalecer a relação entre Estado e cidadão, pois está sempre pronta a compartilhar e trocar experiências com o Governo, o mercado e outros segmentos.

Assim, diante de tamanhos desafios e responsabilidades, a Jornada Estratégica do Serpro para o ciclo 2024-2028 adotou como premissas o envolvimento dos empregados e empregadas, o diálogo com os clientes, a atenção às representações regionais, a comunicação clara e contínua e o planejamento integrado, resultando num Planejamento Estratégico que direcionará a Empresa no sentido de um "Serpro unido para reconstruir o Brasil". Os componentes estratégicos foram revisados e, a partir do Plano Estratégico, serão desdobrados o Plano de Negócios, o Plano Diretor de TIC e o Plano de Inovação e Parceria.

Figura 7: Estratégia Institucional 2024-2028

Serpro unido para reconstruir o Brasil



Fonte: Serpro (2023).

As perspectivas para 2024 incluem fortalecer o Serpro como empresa estratégica também para Estados e Municípios, engajar as pessoas à Estratégia, garantir a sustentabilidade econômico-financeira, potencializar a carteira de clientes e o portfólio de soluções com foco na inclusão digital, ser referência em nuvem de Governo e infraestrutura de dados, prover plataformas de negócios que impulsionem a transformação digital do Estado e desenvolver práticas ESG.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial

Ativo				Passivo				<i>em R\$ mil</i>	
	NE	Dez/2023	Dez/2022		NE	Dez/2023	Dez/2022		
Circulante		2.780.076	2.789.774	Circulante		1.018.624	1.108.128		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.975.185	1.860.743	Consignações	14	67.000	85.392		
Ativos financeiros		1.039	851	Tributos e encargos sociais	15	128.647	143.858		
Créditos a receber		802.041	927.963	Depósitos diversas origens		891	858		
Clientes	5	608.287	690.631	Obrigações a pagar	16	822.086	878.020		
Créditos tributários	6	100.141	142.454	Fornecedores		279.520	318.600		
Ressarcimento de pessoal	7	57.616	63.104	Pessoal	17	390.644	376.704		
Créditos diversos a receber	8	35.997	31.774	Benefícios a empregados	18	15.263	30.473		
Outros Ativos		149	217	Participação nos lucros/result.	19	28.565	30.357		
Ativos mantidos para venda	9	1.662	0	Juros sobre capital próprio	20	107.059	116.744		
Não Circulante		2.017.121	2.022.146	Outras obrigações	21	1.035	5.142		
Realizável a longo prazo		1.080.658	1.096.530	Não Circulante		1.842.355	1.686.328		
Depósitos judiciais e recursais	10	417.579	408.429	Obrigações tributárias	22	60.982	650.934		
Ressarcimento de pessoal		279.825	306.124	Provisões trab, civeis, admin e fiscais	23	1.095.244	477.235		
Créditos tributários diferidos		268.869	286.099	Benefícios pós-emprego	24	685.633	553.558		
Créditos realizáveis a longo prazo	11	114.060	95.554	Outras obrigações		496	4.601		
Outros ativos		325	324	Patrimônio Líquido	25	1.936.218	2.017.464		
Imobilizado	12	842.561	818.130	Capital		1.786.196	1.061.005		
Intangível	13	93.902	107.486	Reservas		543.034	1.281.460		
				Reservas de reavaliação		92.926	93.387		
				Reservas de lucros		128.472	105.934		
				Reservas de retenção		321.636	725.191		
				Dividendos adicionais propostos		0	356.948		
				Outros resultados abrangentes		(393.012)	(325.001)		
Total do Ativo		4.797.197	4.811.920	Total do Passivo		4.797.197	4.811.920		

Demonstração do Resultado do Exercício

<i>em R\$ mil</i>			
	NE	Dez/2023	Dez/2022
Receita operacional líquida	26.2	3.215.018	3.000.630
Custo dos serviços prestados	26.3	(1.828.004)	(1.710.908)
Lucro bruto	26.3	1.387.014	1.289.722
Despesas/Receitas operacionais		(1.006.619)	(789.045)
Despesas com vendas		(247.216)	(219.677)
Despesas gerais e administrativas		(756.893)	(595.501)
Outras despesas e receitas operacionais		(2.510)	26.133
Lucro operacional antes do resultado financeiro		380.395	500.677
Resultado financeiro	26.4	246.641	178.622
Receitas financeiras		272.524	204.812
Despesas financeiras		(25.883)	(26.190)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		627.036	679.299
Imposto de renda e contribuição social	26.5	(176.262)	(119.589)
Correntes		(159.895)	(123.869)
Diferidos		(16.367)	4.280
Lucro líquido do exercício		450.774	559.710

Demonstração do Resultado Abrangente

<i>em R\$ mil</i>			
		Dez/2023	Dez/2022
Resultado Líquido do Período		450.774	559.709
(+/-) Outros Resultados Abrangentes		(68.012)	5.671
Ajustes de Instrumentos Financeiros		188	142
Passivo Atuarial - EFPC Serpros		(219.462)	265.809
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros		30.045	(35.119)
Passivo Atuarial - PAS/Serpro		139.716	(260.011)
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro		(18.499)	34.850
Resultado Abrangente no Período		382.762	565.380

Demonstração dos Fluxos de Caixa

<i>em R\$ mil</i>			
		Dez/2023	Dez/2022
Lucro antes da tributação do IR e CS		627.036	679.298
Depreciação e amortização		189.792	147.730
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		30.403	41.319
Provisões trabalhistas, fiscais, civeis e administrativas		2.350	(18.799)
Provisões benefício pós-emprego		52.330	8.040
Resultado de softwares desenvolvidos		(11.315)	(11.357)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)		95.716	(107.731)
Receitas Financeiras		(18.506)	0
Reversão de Provisões tributárias		(137.926)	0
Resultado na alienação e baixa de imobilizado		107	(27.794)
Lucro ajustado		829.987	710.706
Varição em ativos e passivos operacionais		90.882	89.534
Contas a Receber		(55.383)	(82.549)
Pessoal a Pagar		(3.061)	46.791
Fornecedores		(39.080)	39.957
Outras variações do imobilizado		113.411	25.777
Outras variações		74.995	59.558
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.895)	(58.825)
Juros Pagos		12.921	13.657
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		903.895	755.072
Imobilizado		(291.210)	(315.031)
Intangível		(11.631)	(45.753)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		(302.841)	(360.784)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		(486.613)	(403.293)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		(486.613)	(403.293)
Varição de caixa e equivalentes de caixa no período		114.442	(9.005)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa		1.860.743	1.869.748
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa		1.975.185	1.860.743

Demonstração do Valor Adicionado

<i>em R\$ mil</i>			
Geração do Valor Adicionado		Dez/2023	Dez/2022
Receitas		3.730.644	3.415.236
Receita Operacional Bruta		3.805.343	3.620.608
Resultado com créditos a receber		(30.403)	(41.319)
Descontos Concedidos a receber		(864)	(100.305)
Vendas Canceladas		(43.892)	(5.717)
Outros valores (AEA e Realização Reservas)		460	(58.031)
Insumos adquiridos de terceiros		(502.916)	(447.376)
Valor adicionado bruto		3.227.728	2.967.860
Retenções		(294.831)	(179.873)
Depreciações e Amortizações		(189.792)	(147.730)
Resultados com Ações Judiciais		(105.039)	(32.143)
Valor adicionado líquido		2.932.897	2.787.987
Recebido de terceiros		272.524	204.812
Valor adicionado total a distribuir		3.205.421	2.992.799
Distribuição do valor adicionado			
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)		1.919.687	1.705.399
Governo (Impostos e Contribuições)		816.331	719.627
Capitais de Terceiros		5.249	52.438
Acionistas (Dividendos e JCP)		119.979	487.349
Lucros Retidos		344.174	27.985
Valor adicionado total distribuído		3.205.420	2.992.798

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

<i>em R\$ mil</i>								
	Capital	Reavaliação	Reservas	Dividendos Adicionais	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	
Saldo em 31 de dez/2021	1.061.005	93.276	77.948	725.191	294.471	(330.672)	1.921.219	
Ajuste de Exercícios Anteriores		6.826					(57.921)	
Lucros/Prejuízos líquidos					559.709		559.709	
Constituição de reservas			27.984		(27.985)		-	
Realização reserva de reavaliação		(6.716)			6.715		-	
Dividendos adicionais pagos					(294.471)		(294.471)	
Dividendos adicionais Propostos					356.948		(356.948)	
Juros sobre Capital Próprio Creditados					(116.744)		(116.744)	
Outros Resultados Abrangentes						5.671	5.671	
Saldo em 31 de dez/2022	1.061.005	93.386	105.934	725.191	356.948	(325.001)	2.017.463	
Aumento de Capital	725.191			(725.191)			-	
Lucro Líquido do Exercício					450.774		450.774	
Constituição de reservas			22.539	321.636	(344.175)		-	
Realização de Reserva de Reavaliação		(460)			460		-	
Dividendos Pagos					(356.948)		(356.948)	
Juros sobre Capital Próprio Creditados						(107.059)	(107.059)	
Outros Resultados Abrangentes						(68.012)	(68.012)	
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.473	321.636	-	(393.013)	1.936.218	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

Em relação à sua estrutura societária, o Serpro foi incluído no Programa Nacional de Desestatização (PND) em janeiro de 2022 a partir do Decreto nº 10.206/2020. Três anos depois, em 02 de janeiro de 2023, por despacho do Presidente da República (publicado no Diário Oficial da União) foram revogados os atos que davam andamento à privatização de diversas empresas, inclusive o SERPRO. O feito foi concluído com a publicação do Decreto nº 11.478/2023, de 6 de abril, que excluiu empresas do PND e revogou a qualificação de empresas e ativos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Desse modo o Serpro permanece com a natureza jurídica de Empresa Pública.

O SERPRO é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

Sob o ponto de vista do cenário econômico, o mercado de tecnologia da informação e comunicação (TIC) já representa 6,6% do PIB brasileiro e dá sinais de que deverá continuar crescendo nos próximos anos. Esse crescimento seria, principalmente, baseado em segurança, inteligência artificial, nuvem pública, modernização de sistemas de gestão de softwares (ERP) e experiência do cliente.

Os indicadores macroeconômicos influenciam diretamente o orçamento do governo federal para a execução de investimentos e para o custeio da atividade governamental. Com efeito, o governo perde sua capacidade de investimentos e custeio, representando riscos à operação dos atuais negócios do SERPRO, que possui concentração na pauta governamental.

O SERPRO, como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tomem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

2.2 Emissão e divulgação

As demonstrações financeiras das demonstrações financeiras do exercício de 2023, encerrado em 31 de dezembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 31 de janeiro de 2024.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, civeis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no exercício. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.



2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidência em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

2.8.1 DRE

Valores anteriormente apresentados como descontos incondicionais, redutores da Receita Operacional Líquida, foram reclassificados para Custo dos Serviços Prestados (CSP) na Demonstração do Resultado. Trata-se de valores relativos às medidas compensatórias para a exploração de serviços, ou seja, representam na forma uma redução de preço (desconto incondicional), mas passaram a ser contabilmente tratados como insumos para prestação de serviços (CSP), por ser a motivação da concessão de desconto. A visão comparativa das rubricas afetadas se encontra na nota explicativa 26.

Demonstração do Resultado do Exercício	Dez/2022 Comparativo	Reclassificações	Dez/2022 Publicado
Receita bruta	3.620.608	-	3.620.608
Deduções da Receita	(513.955)	106.023	(619.978)
Receita Operacional Líquida	3.106.653	106.023	3.000.630
Custo dos serviços prestados	(1.816.931)	(106.023)	(1.710.908)
Lucro bruto	1.289.722	-	1.289.722

2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1.1
Redução ao valor recuperável	5.1.2
Depreciação/Amortização	12 e 13
Provisões Judiciais e Administrativas	23
Benefícios a Empregados	24
Impostos Diferidos	26.6.4

2.10 Principais eventos com impacto no resultado em 2023

2.10.1 Imunidade tributária - Resposta da Receita Federal à Solução de Consulta

Em setembro de 2021, após estender a todas as esferas de governo a aplicação da imunidade tributária recíproca, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal através da decisão favorável na Ação Cível Originária nº 2.658 DF, o Serpro encaminhou à Receita Federal do Brasil (RFB) uma consulta sobre a interpretação de legislação tributária com o objetivo de obter o entendimento do fisco quanto à abrangência da sua imunidade em âmbito federal, e esclarecer questões relativas a isenções aplicáveis à empresa previstas em sua Lei de Criação (Lei 5.615/1970).

Em resposta, a Receita Federal do Brasil publicou em dezembro de 2023 a Solução de Consulta COSIT nº 301/2023, condicionando a aplicação da imunidade tributária ao cumprimento dos seguintes requisitos constitucionais: (i) prestação de serviço público essencial; (ii) não distribuição de lucros a acionistas privados; e (iii) não atuar em ambiente concorrencial.

Atendidos os requisitos acima, a RFB elucidou expressamente no teor da Solução de Consulta que no âmbito das Contribuições do PIS-PASEP e da COFINS, a empresa está sujeita, unicamente, ao regime de apuração cumulativa com aplicação respectiva das alíquotas de 0,65% e 3% a todas as receitas operacionais da empresa. Até então, o Serpro aplicava este entendimento somente sobre a prestação de serviços a clientes públicos, sendo que no caso do mercado privado se manteve a classificação dos regimes de apuração cumulativo (3,65%) ou não cumulativo (9,25%) com base nos serviços prestados.

Também ficou estabelecido que as receitas financeiras auferidas pelo Serpro deixariam de compor a base de cálculo das referidas Contribuições. Uma vez que o Serpro recolhia 4,65% sobre as receitas financeiras, o entendimento gerou uma reversão na ordem de R\$ 10 milhões recolhidos indevidamente entre 2022 e 2023.

Por fim, a Receita Federal do Brasil ainda declarou em mesmo documento que o Serpro é isento de todos os impostos federais, com exceção do IRPJ, que, por não haver manifestação específica do fisco, o Serpro mantém o entendimento de aplicação da imunidade aos clientes públicos.

O Serpro, além de obter uma solução de consulta favorável à declaração de direito à sua imunidade tributária, também possui um histórico hesitoso no campo administrativo e judicial no reconhecimento deste benefício fiscal.

2.10.2 Imunidade tributária - Mudança de estimativa contábil

Entre 2019 e 2023 os benefícios obtidos com a imunidade tributária recíproca aplicada ao ISS, ao PIS-PASEP e à COFINS, tributos incidentes sobre as receitas de prestação de serviços, foram registrados contabilmente tendo em vista atender eventual necessidade de recolhimento aos fiscos nos casos de decisões provisórias obtidas por antecipação de tutela, ou, devolver valores aos clientes nos casos de reconhecimento administrativo definitivo ou de decisão judicial transitada em julgado.

Com o êxito das decisões, em 2023, o Serpro decidiu pela estratégia de repassar a seus clientes os benefícios da imunidade tributária através da redução dos preços dos serviços prestados. Alinhado a esta estratégia e à redução de risco observada junto aos fiscos, os valores provisionados foram reclassificados de obrigações tributárias para obrigações administrativas junto a clientes, sendo mantidos no passivo administrativo os valores dos contratos com os maiores clientes públicos, uma vez que a liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

Dado esse entendimento, houve a reversão de valores anteriormente provisionados, com impacto positivo de R\$ 25,9 milhões e R\$ 16,4 milhões nas provisões de ISS e de PIS-PASEP e COFINS, respectivamente.

Neste mesmo sentido, o critério do benefício da imunidade tributária sobre o PIS-PASEP e a COFINS foi revisado. Anteriormente, o cálculo para provisionamento era efetuado por meio da aplicação da diferença entre a alíquota nominal do regime de apuração não cumulativo (9,25%) e do regime cumulativo (3,65%). Com o novo critério, que considerou a dedução dos créditos sobre despesas a que o Serpro faria jus caso não tivesse o benefício da imunidade, a alíquota efetiva do regime de apuração não cumulativo reduziu a 8,19%, passando a ser, então, a nova base para a constituição da provisão. A mudança gerou um impacto positivo de redução do passivo da ordem de R\$ 118 milhões.

2.10.3 Programa de Demissão Voluntária

Em 2023, o Programa de Demissão Voluntária - PDV teve adesão de 382 empregados e um dispêndio de cerca de R\$ 41,6 milhões, referente ao incentivo financeiro por tempo de serviço estabelecido no Programa. A redução de gastos pretendida ocorrerá ao longo do tempo, já que no exercício de implementação o impacto negativo é significativo, visto que o gasto correspondente é superior à economia gerada.

2.11 Situação da Imunidade Tributária

Desde que o Serpro obteve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 2.658, em abril de 2018, esta empresa pública federal vem implementando gradativamente os efeitos do reconhecimento da imunidade tributária recíproca junto aos Fiscos Federal, Estadual e Municipal.

Com o objetivo de mitigar riscos tributários e perda financeira relacionados, o Serpro iniciou o processo de implementação da imunidade tributária de forma cautelosa e conservadora, buscando, como primeira alternativa, o envio de comunicação administrativa ao Fisco. Somente após o indeferimento do pedido de reconhecimento administrativo da imunidade tributária, ou diante de sua ausência em manifestar-se, é que o Serpro buscou a via judicial para o pleito.

Atualmente a imunidade tributária do Serpro encontra-se na seguinte situação:

Decisão	Fisco envolvido
Judicial - Transitado em Julgado	Fisco Municipal: Brasília, Porto Alegre (IPTU), Florianópolis, Belém e Maceió.
Judicial - Antecipação de Tutela	Fisco Municipal: Rio de Janeiro, Curitiba, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Vitória, Aracaju, Boa Vista, Cuiabá, Macapá, Manaus, Palmas e Porto Velho.
Administrativa - Decisão Definitiva	Fisco Federal: Receita Federal do Brasil (passível de comprovação de requisitos, SC 301/2023)
	Fisco Estadual: Rio Grande do Sul
	Fisco Municipal: Porto Alegre (ISS), Campo Grande, Goiânia, Natal e Rio Branco.
Administrativa - Decisão Provisória	Fisco Municipal: São Paulo.
Aguardando decisão (Imunidade não implementada)	Fisco Municipal: João Pessoa, São Luiz e Teresina.

3. Políticas contábeis e correção de erros

3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior somente foram modificados em relação à estimativa de valores a devolver da imunidade tributária, conforme nota 2.10.2.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Caixa / Bancos	24.888	2.006
Aplicação financeira	1.950.297	1.858.737
Caixa e equivalente de caixa	1.975.185	1.860.743

4.1 Bancos contas movimento

O valor de R\$ 24,9 milhões se refere, em ampla maioria, aos recebimentos de clientes públicos e privados, decorrentes das operações comerciais da Empresa.

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial	1.096.594	762.143	1.858.737
Aplicações	1.900.892	888.750	2.789.642
Resgates	(2.096.951)	(746.545)	(2.843.496)
Rendimento Líquido	58.168	87.246	145.414
Saldo Final	958.703	991.594	1.950.297
Saldo Médio Mensal	615.621	880.284	1.495.905
Rentabilidade Fundo (líquida)	10,1%	10,1%	
Rentabilidade média (líquida)	9,4%	9,9%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução BCB 3.284 de 2005, o saldo de R\$ 1,9 bilhão está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB), com posição de dezembro de 2023. Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC. Os fundos apresentam rentabilidades equivalentes. A diferença observada na rentabilidade média entre os dois fundos decorre da maior movimentação observada nas aplicações e resgates do fundo BB FAE.

4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

	Dez/2023	Dez/2022
Recebimentos de clientes	3.410.901	3.068.199
Ressarcimento de pessoal requisitado	263.147	253.985
Rendimento de aplicações financeiras	185.431	174.770
Outros recebimentos	138.188	174.306
Tributos e encargos	(229.574)	(247.069)
Pessoal e encargos	(2.283.533)	(2.078.051)
Sentenças judiciais	(105.935)	(125.964)
Pagamentos a fornecedores	(474.729)	(465.104)
Caixa líquido das atividades operacionais	903.895	755.072
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(302.841)	(360.784)
Caixa líquido das atividades de investimento	(302.841)	(360.784)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(486.613)	(403.293)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(486.613)	(403.293)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	114.442	(9.005)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.860.743	1.869.748
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	1.975.185	1.860.743

5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Créditos a receber a faturar	170.862	278.186
Créditos a receber de clientes a vencer	305.251	252.934
Vencidos até 30 dias	40.277	43.094
Vencidos de 31 a 60 dias	21.791	9.979
Vencidos de 61 a 90 dias	25.707	10.312
Vencidos de 91 a 180 dias	25.107	27.843
Vencidos de 181 a 365 dias	49.944	53.386
Vencidos há mais de 365 dias	195.643	184.245
Créditos a receber	804.582	859.979
Perdas Incorridas	(114.528)	(92.617)
Perdas Estimadas	(71.706)	(76.731)
Redução ao valor recuperável de clientes	(10.061)	-
Total	608.287	690.631

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho dos clientes. Por fim, permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida
Saldo em Dez/2022	(76.731)	(92.617)
Constituição	(38.891)	(28.112)
Reversão	43.916	6.201
Saldo em Dez/2023	(71.706)	(114.528)

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$71,7 milhões) e das perdas incorridas (R\$114,5 milhões), perfazendo um total de R\$ 186,2 milhões.

5.1.2 Redução ao valor recuperável de clientes

Os R\$ 10,1 milhões registrados decorrem da identificação de consumos anômalos (R\$ 5,7 milhões) ao longo do exercício e do registro de redução de ativo (R\$ 4,4 milhões) relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas.

O consumo anômalo se caracteriza quando a utilização de determinado serviço por um cliente extrapola significativamente sua utilização histórica. É comum que a extrapolação de fato não represente a utilização do serviço, gerando questionamentos por parte do cliente. Há vista que a solução para a questão ultrapassa as tratativas comerciais, trata-se o valor como incorrável, gerando a redução do valor recuperável.

No caso dos valores pagos parcialmente, como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, também é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

Ambos os valores são reduzidos daqueles que, por cumprirem os requisitos, constituírem a PECLD.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Consumo anômalo	5.684	-
Multas e juros	4.377	-
Total	10.061	-

6. Créditos tributários

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	90.775	133.123
IR e CSLL a recuperar/compensar	210.559	221.375
IRRF a compensar	40.013	36.079
IRPJ a recolher	(84.976)	(52.786)
CSLL a recolher	(74.821)	(71.545)
Tributos Municipais	9.366	9.331
ISS a compensar	9.355	9.331
INSS a compensar	11	-
Total	100.141	142.454

O ISS a compensar (R\$ 9,4 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo com base no Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de dezembro de 2023, o SERPRO contava com 1.531 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Ressarcimento - Folha de pagamento	57.564	63.052
Ressarcimento - Sentenças judiciais	52	52
Total Circulante	57.616	63.104
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	124.183	150.482
Total Não Circulante	279.825	306.124

A Nota explicativa sobre Partes Relacionadas (Nota 27) apresenta mais informações acerca das transações que envolveram Pessoal de Serviço Externo (PSE).

8. Créditos diversos

O saldo de R\$ 36,0 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 22,7 milhões, além do registro de outros recebíveis, tais como boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro (R\$ 9,4 milhões), Previdência Complementar SERPROS (R\$ 1,1 milhão) e outros direitos a receber.

9. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Galpão - Taguatinga DF	1.720	(58)	1.662

Em 2022, foram leiloados todos os imóveis até então mantidos para venda, inclusive o imóvel de Taguatinga, no Distrito Federal, baixado em dezembro daquele ano. Contudo, no 1º trimestre de 2023, o imóvel voltou a compor o grupo de imóveis mantidos para venda, devido ao cancelamento do leilão por falta de pagamento do ganhador do certame. Caso haja decisão conhecida para permanência do imóvel para uso ou exploração, este será reclassificado para o imobilizado. Está registrado no ativo pelo custo histórico abatido da depreciação, uma vez que o valor de avaliação de R\$ 7,6 milhões se mostra superior, assim como o próprio valor de R\$ 4,1 milhões obtido no leilão.

10. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Depósitos judiciais e recursais	417.395	402.078
Ações fiscais	184	6.351
Total	417.579	408.429

10.1 Depósitos Judiciais e recursais

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, todas as contas se concentram na Caixa Econômica Federal (59% do saldo) e no Banco do Brasil (41% do saldo).

Os depósitos judiciais, compostos também pelos recursais posteriores à reforma trabalhista, totalizam R\$ 395,3 milhões, sendo R\$ 388,5 milhões reconhecidos no ativo do Serpro, distribuídos conforme quadro a seguir.

Descrição	Qtde	Valor
Maior que R\$ 2mi	23	197.901
De R\$ 1mi a R\$ 2mi	30	44.060
De R\$ 500mil a R\$ 1mi	69	46.352
De R\$ 250mil a R\$ 500mil	108	37.355
Até R\$ 250mil	3.443	69.588
Outra parte ou não identificados	-	(6.753)
Total	3.673	388.502

Quanto aos depósitos recursais (R\$ 28,8 milhões) anteriores à Reforma Trabalhista, encontram-se integralmente depositados na Caixa Econômica Federal, em conta vinculada ao FGTS do Trabalhador.

###



12. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

	Edifícios		Terrenos	Obras em Andam.		Instalações		Benefitorias em propriedades de terceiros		IPC/90		Bens Móveis		Total	
	Ativo	Deprec.		Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo
Saldo dez/2021	145.174	(45.400)	56.491	14.754	141.452	(112.971)		1.817	(1.720)	19.210	(2.531)	1.124.645	(733.740)	1.503.543	(896.362)
Adições	3.526		10.539	8.420	100							321.728		344.314	0
Baixas	(3.526)	2.028	(14.533)	(1.443)	(169)	169						(107.578)	106.841	(127.249)	109.038
Regularização												(65.212)	63.583	(65.212)	63.583
IPC 90 - Reclassif	3.432	(686)	13.933		1.845	(1.845)				(19.210)	2.531			0	0
Depreciação		(2.195)			(19.457)				(93)				(92.596)	0	(114.341)
Saldo dez/2022	148.606	(46.253)	66.430	21.731	143.228	(134.103)		1.817	(1.813)	0	0	1.273.584	(655.912)	1.655.396	(838.081)
Adições				3.686								178.500		182.186	0
Baixas				(693)								(135.909)	135.219	(136.602)	135.219
Transferências				(7.550)	7.550							(170)	(4)	(170)	(4)
Depreciação		(1.858)			(5.238)				(4)				(148.283)	0	(155.383)
Saldo dez/2023	148.606	(48.111)	66.430	17.174	150.778	(139.342)		1.817	(1.817)	0	0	1.316.006	(668.980)	1.700.810	(858.250)

O Serpro vem renovando seu parque tecnológico ao longo dos últimos anos. Destacam-se os investimentos em Equipamentos de TI (grupo Bens Móveis), que atingiram patamar superior a R\$ 500 milhões em 2022 e 2023 (linhas "Adições", coluna "Ativo"). Por outro lado, as baixas de bens inservíveis ou obsoletos totalizaram R\$ 263,9 milhões (linhas "Baixas", coluna "Ativo"). A movimentação das adições e baixas dos bens móveis é o principal fator que justifica a ampliação da despesa de depreciação de 2022 para 2023 (linhas "Depreciação" da tabela acima) em R\$ 42,1 milhões, considerando que o aumento R\$ 55,7 milhões se justificam na movimentação dos bens móveis (nota 12.1), efeito suavizado pela redução da depreciação de instalações de R\$ 14,3 milhões, devido ao encerramento da vida útil contábil de boa parte dos ativos do grupo.

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

12.1 Bens móveis – adições e impactos na depreciação

Conforme nota 26.3.3, a despesa de Depreciação e Amortização apresentou crescimento, devido ao nível de ativação de equipamentos para a atualização do parque tecnológico. A ampliação da depreciação de bens móveis, majoritariamente representados pelos equipamentos de TI, se explica, de um lado, pelo incremento de despesa de depreciação decorrente dos bens adicionados em 2022 e 2023, que impactaram em R\$ 67,9 milhões o último exercício e, de outro lado, pela redução da depreciação decorrente do encerramento de vida útil dos bens, que reduz a variação anual para os R\$ 55,7 milhões observáveis no exercício. O mencionado aumento pela adição de bens móveis é percebido na variação anual devido ao momento em que os ativos foram adquiridos e entraram em funcionamento, conforme tabela a seguir, em que se observa uma concentração de adições do 3T22 ao 2T23.

Período	Adições	Incremento* na depreciação anual 2022	Incremento* na depreciação anual 2023	Aumento de depreciação 2022x2023
1T22	7.254	(1.156)	(1.451)	(295)
2T22	29.250	(3.106)	(5.850)	(2.744)
3T22	59.462	(3.782)	(11.892)	(8.110)
4T22	225.762	(2.770)	(45.152)	(42.382)
2022	321.728	(10.814)	(64.345)	(53.531)
1T23	1.628		(256)	(256)
2T23	109.284		(11.570)	(11.570)
3T23	39.014		(2.119)	(2.119)
4T23	28.574		(437)	(437)
2023	178.500		(14.382)	(14.382)
Total	500.228	(10.814)	(78.727)	(67.913)

*estimado com base em vida útil média de 60 meses

13. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2022	Entradas/ Amortização	Baixas	Dez/2023
Softwares	745.493	22.778	(3.083)	765.188
Adquiridos	729.176	5.405	0	734.581
Desenvolvidos para uso interno	16.317	11.316	(3.083)	24.550
Estoque interno	0	6.057	0	6.057
(Amortização acumulada e Perdas estimadas)	(638.007)	(33.643)	364	(671.286)
Softwares adquiridos	(637.279)	(31.052)	0	(668.331)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(164)	(2.591)	364	(2.391)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
Saldo	107.486	(10.865)	(2.719)	93.902

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

13.1 Baixas Decorrentes de Estudo de Recuperabilidade

Anualmente, a Empresa aplica, por meio da criação de uma comissão multidisciplinar, o teste do valor recuperável de seus ativos, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 01, a fim de verificar se há indicativos de desvalorização do valor recuperável dos seus bens. Durante a avaliação dos ativos em 2023, foram identificados *softwares* internos com necessidade de redução da vida útil, com baixa materialidade, além de *softwares* internos descontinuados no exercício, sendo estes últimos baixados do ativo intangível, com impacto líquido de R\$ 2,7 milhões.

14. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Previdência social	16.509	16.637
Pensão alimentícia	50	57
IRRF	42.475	39.960
Tributos federais retidos	1.794	7.531
ISS	338	551
Plano de previdência e assistência médica	220	15.522
Entidades representativas de classes	173	177
Empréstimos, retenções e consignatários	5.441	4.957
Total	67.000	85.392

15. Tributos e encargos sociais

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Passivo fiscal diferido	44.170	68.187
PASEP / COFINS a recolher	34.469	36.811
CPRB a recolher	25.520	14.749
FGTS	14.774	14.599
ISS a recolher	8.576	8.346
Outros tributos	1.138	1.166
Total	128.647	143.858

A Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta (CPRB) variou R\$ 10,8 milhões em razão do aumento da base de cálculo de referência para apuração, atribuído principalmente à receita faturada de dezembro de 2023, que ficou superior em 57,9% ao mesmo período do ano anterior. Tal fato representa 91% do aumento da CPRB.

15.1 Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
IRPJ / CSLL	20.095	32.504
Demais Tributos s/ Receita Bruta	24.075	35.683
Total	44.170	68.187

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

16. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 279,5 milhões, resultado das operações comerciais do Serpro, e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 390,6 milhões, conforme detalhamento na Nota Explicativa seguinte.

16.1 Fornecedores

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Fornecedores	279.520	318.600

A variação observada decorre da redução de despesas de custeio, sobretudo no 4T23, referentes a ações empresariais de otimização dos gastos.

17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Férias	221.631	215.336
Licença prêmio	164.484	156.968
Outras obrigações com pessoal	4.529	4.400
Total	390.644	376.704

A variação observada entre dez/2022 e dez/2023 (R\$ 13,9 milhões) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de férias e licença prêmio. Estes, como demonstrado, respondem por R\$ 386,1 milhões do saldo total. Por representarem passivo atrelado à folha de pagamento, o aumento das despesas de pessoal decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho e variação normal, é refletido nas obrigações a pagar.

18. Benefícios a empregados

18.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com *autonomia* administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido-BD	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

18.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	1.918	17.126
Outros Valores	1	2
Total	15.263	30.472

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária", as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Em relação às contribuições paritárias, diferentemente de 2022, no exercício atual o Serpro efetuou o pagamento das contribuições de dezembro antes do encerramento do exercício, justificando a variação observada.

18.2 Assistência à Saúde

Oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, pelo Programa de Assistência à Saúde PAS SERPRO.

18.2.1 Custeio do benefício de assistência à saúde

O SERPRO mantém como boas práticas medições dos custos dos benefícios de assistência à saúde dos empregados, por meio de controles internos e indicadores implantados, incluindo o custo para a Estatal desses benefícios.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022 [Atualizado]	Dez/2022 [Publicado]
Utilização do Plano de Saúde	277.650	251.571	251.571
Despesas Administrativas	38.517	37.405	37.306
Total dos gastos	316.167	288.976	288.877
Participação dos Empregados	203.820	178.413	175.692
Participação Empresa	112.347	110.563	113.185
Total das participações	316.167	288.976	288.877

18.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
SODEXO	Empregados: R\$ 1.180,80 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2023/2024 Dirigentes: R\$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

18.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

19. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 28,6 mi refere-se a valores a pagar referentes à participação de empregados (R\$ 27,8 milhões) e dos administradores nos lucros (R\$ 0,8 milhão). Estes pagamentos seguem os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2023 e Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2023. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016.

20. Dividendos e Juros sobre capital próprio

No 1º trimestre de 2023 foram recolhidos para a União os valores referentes aos dividendos e o que constava na reserva de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 356,9 milhões. Estes valores sofreram correção pelo resultado SELIC até a data do seu pagamento. O saldo de R\$ 107,1 milhões foi registrado como parte da proposta de destinação do resultado obtido em 2023 e se refere à remuneração mínima obrigatória ao acionista (25% do lucro ajustado). Todo o valor corresponde aos juros sobre capital próprio – JSCP, com base no percentual limite da TJLP 2023, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

21. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

22. Obrigações tributárias

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
PASEP/COFINS a recolher	507	396.188
ISS a recolher	-	203.085
ISS renegociado	53.557	47.442
IPTU a Recolher	6.918	4.219
Total	60.982	650.934

A redução observada no grupo no total de R\$ 590,0 milhões decorreu de revisões relacionadas à imunidade tributária. Os tributos PIS-PASEP/COFINS e ISS, incidentes sobre as receitas de prestação de serviços, figuravam como obrigações tributárias, uma vez que foram registrados para atender eventual necessidade de recolhimento aos fiscos. Com o êxito das decisões até o momento obtidas, o Serpro, em 2023, decidiu pela estratégia de repassar a seus clientes os benefícios da imunidade tributária, por meio da redução dos preços dos serviços prestados. Alinhado a esta estratégia, o entendimento de redução de preço e à redução de risco observada junto aos fiscos, em 2023, os valores provisionados foram reclassificados de obrigações tributárias para obrigações administrativas junto a clientes (notas 2.11 e 23.1).

22.1 ISS renegociado

São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

22.2 IPTU a recolher

Refere-se aos impostos com pagamento suspenso em decorrência das ações de imunidade tributária junto às prefeituras, com decisões provisórias.

23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Provisões Judiciais	397.095	414.868
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	390.459	393.602
Provisões Cíveis	6.620	20.918
Provisões Fiscais	16	348
Provisões administrativas	698.149	62.367
Saldo	1.095.244	477.235

23.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido ratificados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.



23.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2022	21.266	393.602	414.868
Reclassificação de saldos por natureza	(1.340)	1.340	-
Processos que entraram na provisão	6.442	10.498	16.940
Processos que saíram da provisão	(16.408)	(2.193)	(18.601)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	115	22.029	22.144
Redução nos processos anteriormente provisionados		(30.981)	(30.981)
Saldo da provisão 31/03/2023	10.075	394.295	404.370
Processos que entraram na provisão		34.950	34.950
Processos que saíram da provisão	(748)	(35.879)	(36.627)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	140	12.922	13.062
Redução nos processos anteriormente provisionados		(16.448)	(16.448)
Saldo da provisão 30/06/2023	9.467	389.840	399.307
Processos que entraram na provisão	0	16.592	16.592
Processos que saíram da provisão	(943)	(188)	(1.130)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	429	13.452	13.881
Redução nos processos anteriormente provisionados	(14)	(23.635)	(23.649)
Saldo em 30/09/2023	8.939	396.061	405.000
Processos que entraram na provisão	991	20.459	21.450
Processos que saíram da provisão		(18.833)	(18.833)
Majoração nos processos anteriormente provisionados		15.802	15.802
Redução nos processos anteriormente provisionados	(3.294)	(23.030)	(26.324)
Saldo em 31/12/2023	6.636	390.459	397.095

*Processos Fiscais somam R\$ 15,9 mil.

A movimentação dos processos impactou positivamente no resultado em R\$7,9 milhões no quarto trimestre de 2023 e R\$ 17,8 milhões se comparado a dezembro de 2022. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 98% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados com os cíveis por serem valores imateriais.

23.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração julga que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Dez/2023	Dez/2022
Sem expectativa de reembolso	272.911	264.386
Com expectativa de reembolso (PSE)	124.184	150.482
Saldo da provisão	397.095	414.868

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

23.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Foram verificados como possíveis, processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos.

Do total de 466 processos classificados como estratégicos, 20 têm seu risco de perda classificado como possível, o que monta um valor total de R\$ 212,6 milhões. Do total dos 1.729 processos classificados como não estratégicos, 214 processos (R\$ 12,0 milhões) foram elencados como possíveis. O total de possíveis monta 234 processos, correspondendo a R\$ 224,6 milhões.

Risco Processual	Dez/2023	Dez/2022
Possível	Qte. Valor	Qte. Valor
Processos Cíveis	222 58.900	198 58.101
Processos Trabalhistas	9 143.477	16 156.473
Processos Tributários	3 22.228	1 19.663
Total	234 224.605	215 234.237

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

23.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

24. Benefício a empregados - Pós-emprego

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

Anualmente o SERPRO contrata Consultoria Atuarial para avaliar os benefícios a empregados, como Plano de Previdência Complementar e Plano de Saúde. A avaliação realizada sobre os dados de 2023 apontou a necessidade de atualização do Passivo para ambos os benefícios, razão do acréscimo de R\$132,1 milhões observado entre os anos de 2022 e 2023:

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Programas Previdenciários	518.246	293.547
Plano de Assistência à Saúde	167.387	260.011
Total	685.633	553.558

24.1 Programas Previdenciários

A Empresa oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

24.1.1 Planos de Previdência

24.1.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldaado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementação de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistentes. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

24.1.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- Aos designados: pecúlio por morte.

24.1.2 Avaliação Atuarial dos planos de benefício (PS-I e PS-II)

24.1.2.1 Base de dados

Para a avaliação, foram considerados os dados dos participantes, dos ativos financeiros e obrigações, na data-base de 30/09/2023, sendo projetados para 31/12/2023.

24.1.2.2 Hipóteses atuariais e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 26 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotou-se o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos, aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na Empresa.

24.1.2.3 Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

- Taxa de Juros a Longo Prazo: NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B com juros semestrais) identificado como IMA-B pela ANBIMA em 18 de dezembro de 2023, comparado ao fluxo de caixa das obrigações de longo prazo sob a metodologia chamada "Duração". A Duração de Macaulay é definida como o prazo médio ponderado das operações por fluxos de caixa e foi aplicada conforme a seguir:

Plano	Duration	Dez/2022
Plano PS-I	9,79 anos	5,48% a.a.
Plano PS-II	9,67 anos	5,45% a.a.
Plano PAS/SERPRO	15,98 anos	5,54% a.a.

- Inflação: De acordo com o Boletim Focus de 20/10/2023, pela Mediana – Método Agregado, a expectativa de inflação para o ano de 2024 é de 3,87%.

c) Taxa Real de Evolução dos Custos Médicos:

c.1) HCCTR – Health Care Cost Trend Rate

A premissa HCCTR, no Brasil chamada de "inflação médica", apresentada pelo IESS – Instituto de Estudos da Saúde Suplementar. Avaliando o histórico de reajustes aplicados nos últimos 5 anos para o SERPRO, foi utilizada a taxa real de 3,02%aa como HCCTR.

c.2) Aging Factor

A tarifação de produtos de assistência médica é exponencial em relação à idade de seus beneficiários, razão pela qual os valores das mensalidades são crescentes por faixas etárias. Ainda que a Operadora cobre preços únicos para todos os colaboradores da Empresa, o envelhecimento da massa populacional, causado pela incorporação dos aposentados à apólice, é repassado por meio dos reajustes anuais de contrato. Houve redução da taxa de *Aging Factor* calculada (saindo de 3,08%aa em 2022 para 2,03%aa em 2023). Até o exercício de 2022 a taxa utilizada estava baseada em projeções de mercado para planos de mesmas características e, a partir do exercício de 2023, o cálculo passou a ser efetuado utilizando a base de dados da própria empresa relativa aos custos médicos do plano e sua população beneficiária.

- Taxa de rotatividade: A rotatividade foi considerada nula para o Plano PS-I e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PS-II.

e) Rentabilidade Líquida Esperada para os Ativos Financeiros: A rentabilidade dos ativos financeiros, projetada para o próximo exercício, é de 9,30% a.a. e 9,68% a.a. para os planos PS-I e PS-II, respectivamente.

f) Fator de capacidade para benefícios e salários: O fator de capacidade é utilizado para medir a perda real do poder de compra de salários e benefícios em função da inflação anual. Na avaliação, foi utilizado o fator de 98%.

24.1.3 Resultado da avaliação atuarial

24.1.3.1 Avaliação atuarial – Plano PS-I

Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Obrigações no início do exercício	3.219.164	3.077.640	3.383.932
Contribuições de participantes ativos	2.642	2.666	-
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	322.693	350.656	315.242
(Ganhos)/Perdas atuariais	(247.549)	191.059	(265.938)
(-) Benefícios pagos no ano	(219.310)	(238.089)	-
Obrigações no final do exercício	3.077.640	3.383.932	3.433.236
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	2.667.848	2.784.093	2.865.686
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	267.006	317.821	266.524
Contribuições normais e extraordinárias patronais	24.011	27.598	28.683
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	2.642	2.666	2.771
(-) Benefícios pagos	(219.310)	(238.089)	(265.938)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	41.896	(28.403)	-
Ativos financeiros no final do exercício	2.784.093	2.865.686	2.897.726
(Déficit)/Superávit apurado	(293.547)	(518.246)	(535.510)
Passivo líquido ao final do exercício	(293.547)	(518.246)	(535.510)

24.1.3.1.1 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2023, houve aumento no passivo atuarial do Plano SERPRO – PS-I, no montante total de R\$ 224,7 mi (passou de R\$293,5 milhões em 2022 para R\$ 518,2 milhões em 2023). O acréscimo se deve, principalmente, às perdas atuariais e financeiras apuradas em 2023.

24.1.3.2. Avaliação atuarial – Plano PS-II

Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Obrigações no início do exercício	1.484.811	1.507.926	1.716.481
Custo do serviço corrente	815	1.615	1.795
Contribuições de participantes ativos	78.175	91.791	97.830
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	149.688	172.837	157.528
(Ganhos)/Perdas atuariais	(80.863)	81.593	-
(-) Benefícios pagos no ano	(124.700)	(139.281)	(152.644)
Obrigações no final do exercício	1.507.926	1.716.481	1.820.990
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	1.588.947	1.819.496	2.125.174
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	167.946	218.015	205.921
Contribuições normais e extraordinárias patronais	78.297	92.018	98.072
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	78.175	91.790	97.830
(-) Benefícios pagos	(124.700)	(139.281)	(152.644)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	21.831	52.136	-
Ativos financeiros no final do exercício	1.819.496	2.125.174	2.374.353
(Déficit)/Superávit apurado	302.570	408.693	553.363
Asset Ceiling (Regra IAS)	(302.570)	(408.693)	(553.363)
(-) Contrato de dívida já reconhecido		(185)	-
Passivo líquido ao final do exercício	-	-	-

Pela regra do teto de ativo (*Asset Ceiling*) não é permitido o reconhecimento do *superávit* apurado no plano. Sendo assim, a tabela acima busca evidenciar a movimentação ocorrida no exercício de 2023, sem impactos contábeis.

24.2. Programa de Assistência à Saúde – PAS / SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de Autogestão oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex-empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste Plano são divididos em dois grupos, a saber:

- Grupo I** - Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes, assegurando as limitações previstas em Regulamento. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cuja contribuição é estabelecida de acordo com a Referência Salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.
- Grupo II** - Empregados inativos/agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano de acordo com as limitações previstas em Regulamento. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A base de dados utilizada no cálculo atuarial está posicionada de outubro de 2022 a setembro de 2023. Em dezembro de 2023 houve um reajuste no plano de 4,87% (24,27%, em 2022). Assim para o cálculo apresentado, foi utilizada a mensalidade com o reajuste já contemplado. Os reajustes aplicados em 2022 e 2023 geraram aumento de receita do plano da ordem de R\$ 31,3 milhões, inferior ainda à ampliação da utilização de R\$ 32,3 milhões.

24.2.1 Avaliação Atuarial dos Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Obrigações no início do exercício	-	260.011	167.388
Custo do serviço corrente	-	18.298	7.389
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	-	28.795	14.490
(Ganhos)/Perdas atuariais	-	(139.716)	-
(-) Benefícios pagos no ano	-	-	(16.358)
Obrigações no final do exercício	260.011	167.388	172.909
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	(260.011)	(167.388)	(172.909)

24.2.1.2 Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Em 2023, houve redução no passivo atuarial do Plano de Assistência à Saúde - PAS/ SERPRO, no montante total de R\$ 92,6 mi (de R\$260,0 milhões em 2022 para R\$ 167,4 milhões em 2023). O fato se deve, principalmente, à redução da taxa de *Aging Factor* calculada (saindo de 3,08%aa em 2022 para 2,03%aa em 2023), ou seja, não indica redução dos gastos de utilização ou da sinistralidade do plano de saúde, conforme aumento na utilização mencionada na nota 24.2. Até o exercício de 2022 a taxa utilizada estava baseada em projeções de mercado para planos de mesmas características e, a partir do exercício de 2023, o cálculo passou a ser efetuado utilizando a base de dados da própria empresa relativa aos custos médicos do plano e a população beneficiária.

24.3 Despesas a serem reconhecidas em 2024

Com base na situação passiva apresentada pelo cálculo atuarial para os benefícios pós-emprego, em 2024 estima-se o reconhecimento de despesas de R\$ 45,9 milhões para o Plano PS-I, a título de custo dos juros sobre as obrigações atuariais, líquido das contribuições esperadas de participantes e da rentabilidade estimadas sobre os ativos financeiros.

Para o PAS-SERPRO, a estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, totaliza R\$ 21,9 milhões ao longo do próximo exercício.

25. Patrimônio líquido

A redução no Patrimônio Líquido em R\$ 81,2 milhões reflete, principalmente, a transferência de dividendos adicionais (no PL) para o Passivo, ainda em abril de 2023, no importe de R\$ 356,9 milhões, além da movimentação líquida negativa de Outros Resultados Abrangentes, decorrentes dos benefícios pós-emprego (nota 24).

25.1 Capital social

O capital social do SERPRO que era de R\$ 1.061,0 mi (um bilhão, sessenta e um milhões) passou para R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões), após a integralização das reservas de retenção de lucros no curso de 2023, conforme ata da reunião da Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de abril de 2023.

25.2 Reservas

25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	65.877	41.964	(14.455)	93.386
Reversão de alienação		1.071	(157)	914
Realização de reserva por depreciação	(1.368)		186	(1.182)
Atualização Imposto de Diferido			(192)	(192)
Saldo em 31 dezembro de 2023	64.509	43.035	(14.618)	92.926

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 92,9 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

25.2.



26.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Dez/2023	Dez/2022
Hospedagem de Aplicações	2.347.158	2.330.426
Desenvolvimento e Manutenção de Software	258.313	294.032
Atendimento a Ambientes de Rede Local	126.865	145.652
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	107.356	102.849
Gestão de Margem Consignável	97.635	101.731
Datavaliid	81.335	83.703
Consulta Online Senatran	74.875	59.126
Administração de Rede de Longa Distância	73.495	75.613
Infoconv	58.226	50.842
Consulta CPF	54.746	44.898
Demais Obrigações de Desempenho	499.125	353.163
Serviços a Faturar (CPC 47) - variação	26.214	(21.427)
Total	3.805.343	3.620.608

26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

	Dez/2023	Dez/2022
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.508.987	1.637.483
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos*	455.000	0
Ministério dos Transportes	177.201	201.809
PCFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	177.179	165.234
Diretoria de Adm. e Logística do Ministério da Fazenda*	162.444	624.101
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	156.827	187.410
Demais Clientes Públicos	464.971	263.224
Total Clientes Públicos	3.102.609	3.079.262
Total Clientes privados	676.520	562.773
Serviços a Faturar (CPC 47) - variação	26.214	(21.427)
Receita Total	3.805.343	3.620.608

*Os contratos do antigo Ministério da Economia migraram parte para o Min. Fazenda e parte para o Min. Gestão e Inovação.

A Receita Bruta obtida ao final de 2023 foi de R\$ 3.805,3 milhões, sendo 5,1% superior ao resultado obtido no mesmo período do exercício anterior (R\$ 3.620,6 milhões), com evolução, especialmente, no mercado Privado que cresceu R\$113,7 milhões (+20,2%), sendo os maiores clientes a VALID Soluções S.A. com R\$43,3 milhões (+23,27% que o período anterior), a B3 S.A., com R\$27,4 milhões (+4,48% em comparação a 2022) e o SEBRAE, com R\$26,2 milhões (+77,33%). O mercado público cresceu R\$23,3 milhões (+0,76%), formado pelos entes relacionados ao Orçamento-Geral da União (OGU) e por aqueles fora do OGU (estatais, prefeituras, estados etc).

26.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$108,4 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2022
		Comparativo	
Receita bruta	3.805.343	3.620.608	3.620.608
Deduções da Receita	(590.325)	(513.955)	(619.978)
(-) ISS	(80.927)	(79.441)	(79.441)
(-) PIS / PASEP	(53.084)	(49.636)	(49.636)
(-) COFINS	(244.523)	(228.624)	(228.624)
(-) INSS patronal	(167.035)	(156.255)	(156.255)
(-) Descontos concedidos*	(864)	5.719	(100.305)
(-) Vendas canceladas	(43.892)	(5.717)	(5.717)
Receita operacional líquida	3.215.018	3.106.653	3.000.630

*reclassificação das medidas compensatórias decorrentes do uso de base de dados de clientes na prestação de serviços (nota 2.8.1).

O valor positivo em descontos concedidos, em 2022, se refere à realização de registros de valores anteriores a faturar que consideram o valor bruto do registro e o valor dos descontos aplicados, separadamente. Tal realização foi inferior ao valor anteriormente estimado, gerando reversão de descontos de R\$ 6,9 milhões naquele exercício.

26.3 Custos e despesas totais

26.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2022
		Comparativo	Publicado
Despesas de Pessoal	(1.255.257)	(1.173.605)	(1.173.605)
Depreciação/Amortização	(146.237)	(117.811)	(117.811)
Locação	(116.591)	(56.181)	(56.181)
Manutenção	(171.465)	(242.325)	(242.325)
Comunicação	(15.867)	(16.268)	(16.268)
Serviços Profissionais	(49.507)	(26.082)	(26.082)
Serviços Públicos	(16.807)	(15.680)	(15.680)
Operações Tributárias*	150.369	(749)	3.732
Materiais	(1.991)	(6.531)	(6.531)
Exploração de Serviços**	(194.641)	(151.671)	(45.648)
Outros custos*	(10.011)	(10.028)	(14.509)
Totais	(1.828.005)	(1.816.931)	(1.710.908)

* valores de provisões tributárias constantes de Outros Custos passaram a compor Operações Tributárias (despesas e créditos tributários).

**reclassificação das medidas compensatórias decorrentes do uso de base de dados de clientes na prestação de serviços (nota 2.8.1).

26.3.2 Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

Descrição	Despesas com Vendas		Despesas Gerais e Administrativas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2022
Despesas de Pessoal	(194.596)	(161.534)	(551.961)	(444.603)		
Depreciação/Amortização	(1.239)	(1.810)	(42.316)	(28.108)		
Locação	(160)	(1.328)	(716)	(2.403)		
Manutenção	(5.408)	(4.324)	(16.994)	(17.568)		
Comunicação	(130)	(112)	(1.465)	(129)		
Serviços Profissionais	(8.847)	(4.412)	(21.368)	(41.476)		
Serviços Públicos	(2.438)	(1.958)	(5.122)	(8.158)		
Créditos a Receber	(30.403)	(41.319)				
Operações Tributárias	(290)	(105)	(2.052)	(1.925)		
Materiais	(40)	(89)	(635)	(1.145)		
Resultado com ações judiciais			(105.039)	(32.143)		
Outras despesas e receitas	(3.664)	(2.686)	(9.223)	(17.843)	(2.510)	26.133
Totais	(247.215)	(219.677)	(756.891)	(595.501)	(2.510)	26.133

26.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados (nota 26.3.1) somados às despesas operacionais (nota 26.3.2), apresentado de forma comparativa.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2022
		Comparativo	Publicado
Despesas de Pessoal	(2.001.814)	(1.779.742)	(1.779.742)
Depreciação/Amortização	(189.792)	(147.729)	(147.729)
Locação	(117.467)	(59.912)	(59.912)
Manutenção	(193.867)	(264.217)	(264.217)
Comunicação	(17.462)	(16.509)	(16.509)
Serviços Profissionais	(79.722)	(71.970)	(71.970)
Serviços Públicos	(24.367)	(25.796)	(25.796)
Créditos a Receber	(30.403)	(41.319)	(41.319)
Operações Tributárias*	148.027	(2.779)	1.703
Materiais	(2.666)	(7.765)	(7.765)
Resultado com ações judiciais	(105.039)	(32.143)	(32.143)
Exploração de Serviços**	(194.641)	(151.671)	(45.648)
Outros	(25.408)	(4.424)	(8.905)
Totais	(2.834.621)	(2.605.976)	(2.499.954)

* valores de provisões tributárias constantes de Outros Custos passaram a compor Operações Tributárias (despesas e créditos tributários).

**reclassificação das medidas compensatórias decorrentes do uso de base de dados de clientes na prestação de serviços (nota 2.8.1).

Houve ampliação de R\$ 228,6 milhões do gasto total (8,77%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Destacam-se: (i) Pessoal com crescimento de 12,5% (R\$222,1 milhões), ocasionado por eventos funcionais (ACT, anuênio, promoção), realização do PDV (R\$ 41,6 milhões), aplicação de ganho real de 1% no ACT de 2023/2024, acréscimo decorrente do reconhecimento de custo corrente do Plano de Saúde - PAS/SERPRO em cerca de 9,5%; (ii) reconhecimento de impacto atuarial de R\$ 47,1 milhões no PAS/SERPRO e aumento na contribuição ao Serpros de R\$ 8,9 milhões devido ao aumento da contribuição dos empregados (ACT e eventos funcionais); (iii) Redução em custeio (locação, manutenção, comunicação, serviços profissionais e serviços públicos) de 1,26% (R\$ 5,5 milhões), devido à diminuição no consumo de energia elétrica, revisão de contratos e ações de otimização de gastos sobre os contratos de despesa; (iv) Depreciação e Amortização, com crescimento de 28,5% (R\$ 42,1 milhões), devido ao nível de ativação de equipamentos para a atualização do parque tecnológico; e (v) Crescimento da exploração de serviços (base de dados de clientes) da ordem de 28,3% (R\$ 42,9 milhões), devido ao reconhecimento de valores oriundos da utilização da base de clientes do MGI e SRFB.

Em contrapartida, a conta de PECLD apresentou redução de R\$ 10,9 milhões quando comparada ao mesmo período do ano anterior, devido à diminuição da inadimplência de clientes e das perdas incorridas e estimadas, fruto da intensificação do processo de cobrança.

Houve ainda, reversão de provisão dos tributos PIS, COFINS e ISS registrada como créditos tributários (R\$137 milhões), em função da revisão da metodologia de reconhecimento da provisão para devolução a clientes (nota 2.10.2).

26.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Dez/2023	Dez/2022
Juros sobre aplicações financeiras	185.431	174.770
Atualização sobre créditos tributários	15.705	9.710
Multas e juros de clientes	13.291	15.366
Atualizações judiciais	34.906	-
Atualização de créditos junto à EFPC	18.506	-
Outras receitas financeiras	4.685	4.966
Receitas Financeiras	272.524	204.812
Despesas Financeiras		
Atualização de dividendos	(12.921)	(13.657)
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	(7.169)	(1.640)
Variações cambiais	(2.901)	(150)
Descontos concedidos a clientes	(1.267)	(2.305)
Outras despesas financeiras	(1.624)	(8.438)
Despesas Financeiras	(25.882)	(26.190)
Resultado Financeiro (Receita Financeira - Despesa Financeira)	246.641	178.622

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento de valores acumulados em Fundo de Aplicação Financeira (caixa e equivalentes de caixa). Quanto às atualizações judiciais, no último trimestre de 2023, com a aplicação de medidas de melhoria na gestão da rubrica, foram identificados saldos de depósitos, com consequente reconhecimento de atualização monetária histórica (R\$ 10,2 milhões). As demais receitas financeiras reconhecidas ao longo de 2023 como atualizações judiciais representam ingressos de recursos financeiros oriundos de decisões judiciais favoráveis ao Serpro.

Por fim, ainda no âmbito das receitas financeiras, destaca-se a retomada do reconhecimento da atualização das Letras de Santa Catarina, referente à parte que cabe ao SERPRO sobre precatório de titularidade do SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499% (nota 11).

26.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

26.5.1 Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social - CSLL

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
IRPJ e CSLL correntes	(159.895)	(123.869)
IRPJ e CSLL diferidas	(16.367)	4.280
Total	(176.262)	(119.589)

26.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	627.036	679.298
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(213.192)	(230.961)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	53.297	107.092
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	91.032	121.077
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(29.969)	(63.770)
Juros sobre capital próprio	36.400	39.693
Compensação de Prejuízo fiscal	30.780	23.332
Outras adições e exclusões	(80.166)	(18.270)
Incentivos Fiscais - Inovação Tecnológica	3.994	3.399
Incentivos Fiscais - PAT e Licença Maternidade	1.226	1.631
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(159.895)	(123.869)
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	(30.780)	(23.332)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	14.413	27.612
(d) Total dos Tributos Diferidos	(16.367)	4.280
(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)	(176.262)	(119.589)
Alíquota efetiva (e) / Lucro antes dos tributos	28,11%	17,60%

A ampliação da alíquota efetiva de 2022 para 2023 decorre, sobretudo, da indedutibilidade da reversão de PECLD (R\$ 221 milhões) anteriormente constituída para créditos junto à SRFB. Importante destacar que os valores foram baixados para perda efetiva em 2023 (nota 27.2.1).

26.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Dez/2023	DRE	PL	Dez/2022	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	627.036	12.408	0	679.298	
Adições/Exclusões	(180.973)	12.408	0	(91.450)	
Tributos com exigibilidade suspensa	71.032			67.963	
Realização de Reserva de Reavaliação	297			(366)	
Ajuste art. 58 da Lei nº 12973/14	187			214	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	2.432			(26.287)	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(254.921)			(132.974)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	446.063			587.848	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	364.127			484.309	82,3867
Lucro atribuído ao Setor Privado	81.936			103.539	17,6133
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público	91.032			121.077	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 364,1 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 91 milhões do IRPJ corrente no exercício de 2023.

26.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2022	DRE	PL	Dez/2023
(a) Passivo fiscal diferido - Circulante	(32.503)	12.408	0	(20.095)
Provisão Ativa - Receita a Faturar (CPC 47)	(32.503)	12.408	0	(20.095)
(b) Ativo fiscal diferido - Não Circulante	333.530	(29.206)	11.546	315.870
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	55.559	(1.588)		53.971
Passivo atuarial	74.195	7.452	11.546	93.193
Provisões sobre imunidade tributárias	88.888	8.958		97.846
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	53.949	(25.535)		28.414
Provisões trabalhistas	21.039	1.318		22.357
Saldo do prejuízo fiscal (IRPJ)	30.781	(30.781)		0
Medidas compensatórias	6.118	10.953		17.071
Outras provisões	3.001	17		3.018
(c) Passivo fiscal diferido - Não Circulante	(47.431)	431	0	(47.000)
Provisões de processos trabalhistas - PSE	(20.170)	3.290		(16.880)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.454)	(163)		(14.617)
Provisão ativa - Fundos de Pensão	(12.807)	(2.696)		(15.503)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	286.099	(28.775)	11.546	268.87



27.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

27.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento em 2023 somou R\$ 2,9 bilhões. A relação dos 10 maiores, que representam 97,5% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta em 2023	Valores em aberto (31/12)	Medidas Compensatórias
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.508.987	163.478	36.297
Ministério Gestão Inovação Serv. Públicos	455.000	53.371	43.650
Ministério dos Transportes	177.201	812	105.729
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	177.179	93.796	-
Me Diretoria de Adm. Logística	162.444	78.529	8.890
Secretaria do Tesouro Nacional	156.827	0	-
Ministério da Justiça e Segurança Pública	65.932	13.360	-
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	33.882	4.481	-
Dnit-Departamento Nacional de Infraestrutura	34.302	7.583	-
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	21.708	1.956	-
Demais Clientes	75.106	62.832	-
Total	2.868.568	480.198	194.567

As Medidas Compensatórias decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados.

Especificamente para o cliente Secretaria da Receita Federal do Brasil, o valor de R\$ 221,0 milhões foi baixado por perda no ano de 2023, por faturas consideradas incorríveis e para as quais não houve solução, mesmo com a intermediação da Advocacia-Geral da União (via Câmara de Conciliação). O total baixado já estava integralmente provisionado como perda incorrida.

27.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Federal, o excedente de caixa (Nota 4) e os depósitos judiciais efetuados a pedido da justiça (Nota 10), cujos saldos consolidados constam nos quadros a seguir.

	Banco do Brasil (31/12)	Caixa Econômica Federal (31/12)
Saldo de Aplicações	958.703	991.594

Os saldos de aplicações, no encerramento do exercício, somaram R\$1,9 bilhão, com rendimentos líquidos de R\$58,2 no Banco do Brasil e R\$ 87,2 milhões na CEF. A aplicação dos saldos de caixa em fundos de investimentos extramercado administrados pela CEF ou BB se dá em conformidade com o Art. 3º do Decreto-Lei 1.290/1973, regulamentado por meio da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

Decreto-Lei 1.290/1973

Art. 3º É vedada às entidades referidas no artigo anterior a aplicação de disponibilidades financeiras em títulos de renda fixa, outros que não títulos do Tesouro Nacional, ou em depósitos bancários a prazo.

Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil

Art. 2º A aplicação das disponibilidades (...) somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução.

Quanto aos depósitos judiciais/recursais, os valores pagos pelo Serpro totalizam R\$175,5 milhões sob custódia do Banco do Brasil, enquanto R\$ 219,8 milhões sob custódia da Caixa Econômica Federal. Em relação aos depósitos recursais realizados antes de novembro de 2017 (R\$28,8 milhões), estes se encontram sob a custódia da CEF, em contas vinculadas aos FGTS dos empregados litigantes.

	Banco do Brasil (31/12)	Caixa Econômica Federal (31/12)
Depósitos Judiciais e Recursais	175.481	219.776
Depósitos Recursais (anteriores a nov/2017)	0	28.755
Total	175.481	248.531

27.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Durante 2023 foram emitidos R\$ 230,2 milhões em NRs, cujos 10 primeiros órgãos em maior volume financeiro (97,3% do total), encontram-se elencados a seguir:

Órgãos	Ressarcimentos em 2023
Secretaria da Receita Federal do Brasil	148.010
MF Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	44.660
Advocacia-Geral da União	15.590
Presidência da República	7.089
Ministério do Trabalho e Previdência	4.768
Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia	939
Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento	821
MDSCF - SPOA - MDS - Coordenação-Geral de Rh	759
Controladoria-Geral da União	750
Ministério Público da União	734
Demais órgãos	6.087
Total	230.207

Os valores a receber, ainda em aberto, constam registrados no Ativo, tanto circulante quanto não circulante:

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Ressarcimento - Folha de pagamento	57.564	63.052
Ressarcimento - Sentenças judiciais	52	52
Total Circulante	57.616	63.104
Ressarcimento - Sentenças judiciais	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas	124.183	150.482
Total Não Circulante	279.825	306.124

Os valores referentes à folha de pagamento (R\$57,6 milhões) e às Sentenças Judiciais (R\$ 155,6 milhões) estão detalhados a seguir, por órgão:

Órgão Cessionário	Folha de Pagamento (31/12)	Sentenças Judiciais (31/12)
Secretaria da Receita Federal do Brasil	29.363	155.592
Ministério da Fazenda	14.829	-
Advocacia Geral da União	2.870	-
Presidência da República	1.866	-
Ministério do Trabalho e Previdência	941	-
Outros	7.695	50
Total	57.564	155.642

27.2.4 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 697,8 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (notas 2.10.2 e 23.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto (notas 27.2.1 e 27.2.3).

27.2.5 – Demais transações com a União

Em razão da otimização do uso de espaços, vários órgãos da Administração Pública se instalaram em imóveis do Serpro, assim como o Serpro também se vale da utilização de espaços de outros órgãos, com o compartilhamento dos custos operacionais. Na tabela a seguir constam os principais órgãos a quem o Serpro cedeu suas instalações, mediante rateio dos custos:

Parte Relacionada (órgão cliente)	Valor
Agência Nacional de Transportes Terrestre	1.455
Instituto Nacional do Seguro Social	659
Ministério da Saúde/Ceará	685
Ministério da Saúde/Permambuco	519
Agência Brasileira de Inteligência	299
Agência Nacional de Mineração	287
Agência Nacional de Aviação Civil	168
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	65
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	41
Total	4.178

Do ponto de vista de utilização por parte do Serpro, o total de custos envolvidos no compartilhamento de espaços atingiu, em 2023, R\$ 326,5 mil direcionados, principalmente para Ministério da Fazenda e órgãos vinculados, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Houve ainda despesas com publicações oficiais, em que o Serpro desembolsou R\$ 297,5 mil durante o ano de 2023 para a Imprensa Nacional.

27.2.6 – Acordos de cooperação

O Serpro mantém acordos de cooperação, sem valor pecuniário, com entidades da Administração Pública Federal, tais como: (i) Ministério das Relações Exteriores, para o desenvolvimento e administração de soluções de tecnologia da informação, em apoio à presidência brasileira do G20; (ii) Ministério da Agricultura e Pecuária, a fim de operacionalizar a plataforma digital de inovação agropecuária; e a (iii) Infraero, com acordo de cooperação técnica para aprimoramento de projetos implementados nos aeroportos Congonhas e Santos Dumont.

27.2.7 – Contratos ou termos aditivos firmados em 2023

Dos 10 (dez) maiores contratos de receita, sob o aspecto de valor anual, firmados pelo Serpro, 9 (nove) representam contratos com partes relacionadas. Em 2023, na relação comercial com clientes, os valores anuais sofreram modificações, por majoração ou redução.

Cliente	Tipo	Valor anual 2022	Valor anual 2023	Variação
Secretaria da Receita Federal do Brasil	(CNT)	1.562.656	1.723.626	160.969
Ministério Gestão Inovação Serviços Públicos	(ADT) (APT)	623.650	654.305	30.654
Secretaria do Tesouro Nacional	(ADT) (APT)	181.533	191.384	9.851
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	(CNT)	190.045	185.668	(4.377)
Caixa Econômica Federal	(CNT)	6.226	148.996	142.770
Ministério dos Transportes	(ADT) (APT)	97.619	100.789	3.170
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	(CNT) (ADT)	99.394	90.868	(8.525)
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura	(ADT) (APT)	38.371	43.014	4.643
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão*	(APT)	23.599	24.955	1.357

Legenda: CNT – Novo Contrato; ADT – Termo Aditivo de Receita; APT – Termo de Apostilamento

27.3 – Pessoas Físicas ou Jurídicas ligadas aos empregados e corpo diretivo

O Serpro mantém lista com a relação de empregados e dirigentes, bem como das pessoas a eles ligadas até o grau de parentesco exigido pela legislação. Mantém, também, a relação de Pessoas Jurídicas que tenham participação de alguma das pessoas anteriormente citadas.

Não foram identificadas transações relevantes entre o Serpro e pessoas físicas ou jurídicas constantes da citada lista.

28. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

28.1 Remunerações

Os valores pagos no ano de 2023 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhes a seguir.

28.1.1 Valores pagos

Remuneração	Dez/2023
Empregados	1.232.528
Diretores	2.428
Conselho de Administração	210
Conselho Fiscal	146
Comitê de Auditoria	141
Valores pagos	1.235.453

28.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 42.928,10. O valor computa, além das rubricas salariais, na média de R\$ 37.977,95, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 50.336,49 e a menor foi de R\$ 35.289,51, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 42.747,17 para o Diretor Presidente e de R\$ 37.617,51 para os demais diretores. Para o cálculo da média, os períodos trabalhados parcialmente foram considerados na sua proporcionalidade. Além disso, foi distribuído o valor de R\$ 466.735,94 para 14 diretores e ex-diretores, a título de Remuneração Variável.

28.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa uma média de R\$ 4.154,62. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representam uma média de R\$ 5.371,35 em dezembro.

28.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.130,97 a R\$ 53.883,62. A média salarial para esses cargos é de R\$ 14.015,14. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 7.255,43 e R\$ 47.273,57 e média de R\$ 22.637,86. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 15.174,87.

28.2 Empregados

Descrição	Dez/2023
Número de empregados	6.989
Quadro Interno	5.458
Quadro Externo	1.531

28.3 Benefícios

Descrição	Dez/2023
Assistência Médica	119.750
Assistência Odontológica	386
Auxílio Alimentação	65.830
Auxílio Creche	5.503
Auxílio Filhos Especiais	4.108
Previdência Complementar	103.234
Auxílio Transporte	662
Soma Global	299.473

29. Cobertura de seguros

Seguradora Contratada	General Brasil	Mongeral Aegon	Argo Seguros	em milhares de R\$
Ativo	Patrimonial	Vida em grupo e acidentes pessoais	Responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital	
Tipo de Cobertura	Cobertura contra incêndio, explosão, queda de raio, desmoronamento, danos elétricos e coberturas acessórias para os imóveis e conteúdos (equipamentos, mobiliário e materiais).	Seguro de vida em grupo, sem mão de obra dedicada, para empregados, bolsistas e estagiários.	Seguro de responsabilidade civil referente às atividades de certificação digital nas dependências da Regional Brasília.	
Valor anual contrato	310	29	15	
Valor total assegurado	500.000	13.014	1.000	

30. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

30.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções relativas ao seu âmbito de atuação, principalmente na esfera Federal. A Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970 (revogou a Lei nº 4.516/1964, que criou o SERPRO) e suas alterações estabelecem que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

As operações com tais características podem ser observadas na Nota Explicativa 26.1.2 - quanto aos clientes públicos, e na Nota Explicativa 27.2.1 - que apresenta as operações comerciais com órgãos federais.

30.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACCO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica. Os detalhes e impactos da imunidade podem ser observados ao longo das notas explicativas, sobretudo nas NEs 2.10, 2.11, 23.1, 26.5 e 27.2.4.



Alexandre Gonçalves de Amorim
Diretor-Presidente



Alexandre Brandão Henriques Maimoni
Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos



André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes



Ariadne de Santa Teresa Lopes Fonseca
Diretora de Desenvolvimento



Leandro Moreira Garcia
Diretor de Operações



Luís César Bueno e Freitas
Diretor de Administração e Finanças



Marco Aurélio Sobrosa Friedl
Diretor de Pessoas



Daniel Azevedo Pansani
Contador – CRC DF-021568/O



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Conselheiros e Administradores do
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Federal de Processamento de Dados ("SERPRO"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERPRO, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do SERPRO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 14 de março de 2024.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. CRC/SP-032267/O-1

Assinado digitalmente por FERNANDO MACHADO DOS SANTOS:00396120903 Data: 2024.03.15

Sócio – Contador CRC/SC-043302/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 2024

Assuntos: Relatório da Administração; Demonstrações Financeiras; e Destinação de Resultados, com Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucros com base em justificativa em orçamento de capital.

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163 da Lei nº 6.404/1976 e incisos II e V do artigo nº 32 do Estatuto Social do SERPRO, examinou: o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras; a Proposta de Destinação dos Resultados e Distribuição de Dividendos, todos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

Baseou-se em avaliações precursoras, a saber:

i) Relatório do Comitê de Auditoria do Serpro, de 05.03.2024, com a conclusão transcrita a seguir para registro: *"Referente às demonstrações financeiras, com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário, suportado por informações da contabilidade, da administração e pelo relatório da Auditoria Independente, Taticca Auditores e Consultores, emitido sem ênfases ou ressalvas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conclui que as demonstrações financeiras para o ano de 2023, findo em 31 de dezembro de 2023, estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Serpro";*

ii) Relatório da Auditoria Independente - Taticca Auditores e Consultores, que não apresentou quaisquer ressalvas ou ênfases, e expressou a opinião transcrita a seguir para

registro: *"Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil";*

Considerando a Política de Dividendos do SERPRO vigente (Deliberação CN-003/2019), e conforme Ofício nº 002248/2024/SERPRO/DP encaminhado pelo Serpro ao Tesouro Nacional quanto a proposta de Retenção de Reserva de Lucro, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, de R\$ 450.773.465,63 (quatrocentos e cinquenta milhões, setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos), considerando a Realização da Reserva de Reavaliação de R\$ 460.165,69 (quatrocentos e sessenta mil, cento e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), contempladas nas referidas demonstrações financeiras, conforme a seguinte discriminação:

- Destinar à Reserva Legal, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social, o valor de R\$ 22.538.673,28 (vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos);
- Imputar os Juros Sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório até o limite da TJLP, no valor de R\$ 107.058.698,08 (cento e sete milhões, cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito reais e oito centavos), nos termos da Lei nº 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social;
- Constituição da reserva de retenção para investimentos no montante de R\$ 321.636.259,96 (trezentos e vinte e um milhões, seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos), com base em justificativa em orçamento de capital anexada à proposta.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação dos Resultados do exercício encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária prevista de ser realizada em 19 de abril de 2024, na forma dos incisos I e II, do artigo 12º do Estatuto Social.

Brasília, 15 de março de 2024.



CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR
Presidente do Conselho Fiscal



CAMILLA DE OLIVEIRA CAVALCANTI
Conselheira Fiscal



ALEXANDRE REBELO FERREIRA
Conselheiro Fiscal



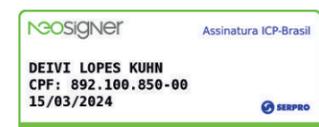
FERNANDO FERREIRA
Presidente do Conselho



IVAN TIAGO MACHADO OLIVEIRA
Conselheiro Representante do MF



MANOEL TAVARES DE MENEZES NETTO
Conselheiro Representante do MF



DEIVI LOPES KUHN
Conselheiro Representante dos Empregados



LEONARDO ANDRÉ PAIXÃO
Conselheiro Independente



ROGÉRIO SOUZA MASCARENHAS
Conselheiro Representante do MGI

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA – 01/2024

Assunto: Relatório da Administração – RA, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas encerramento do exercício de 2023, Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2023 e Constituição da Reserva de Retenção de Lucro para Investimento.

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, incisos VII, XIV, XV e XX, do Estatuto Social do Serpro, aprovado no dia 10 de janeiro de 2024, e:

- Considerando que o Relatório da Administração - RA atende ao disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976, e abarca os temas relacionados aos negócios e às principais realizações administrativas do exercício findo;
- Considerando que a Auditoria Interna nº 2024/1561644 conclui que, de modo geral os controles internos examinados são razoáveis para assegurar a fidedignidade dos registros contábeis referentes às demonstrações financeiras do exercício de 2023;
- Considerando que o Parecer da TATICCA Auditores Independentes S.S., sem ressalvas ou ênfases, assinado no dia 15 de março de 2024, certifica que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Considerando que o Relatório do Comitê de Auditoria do Serpro – COAUD, datado de 5 março de 2024, opina que as demonstrações financeiras para o ano de 2023 estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração; e
- Considerando que a proposta para a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2023 e Retenção de Lucro para Investimentos, com justificativa em Orçamento de Capital atende às previsões legais e estatutárias.

Manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado no dia 31 de dezembro de 2023, ao

Relatório de Administração – RA, à Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2023 com o Resultado das metas do Programa de RVA (Remuneração Variável Anual) e com a Retenção de Lucro para Investimentos, com justificativa em Orçamento de Capital, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 19 de abril de 2024.